



Paulo Sergio Tumolo

A FORMAÇÃO SINDICAL DAS COMISIONES OBRERAS (CCOO) DA ESPANHA

TRAJETÓRIA HISTÓRICA E MUDANÇAS



ED

PAULO SERGIO TUMOLO

A FORMAÇÃO SINDICAL
DAS COMISIONES
OBRERAS (CCOO)
DA ESPANHA

TRAJETÓRIA HISTÓRICA E MUDANÇAS



UFSC

Florianópolis

2013

Copyright © 2013 Paulo Sergio Tumolo

Capa

Tiago Roberto da Silva

Foto da capa

Federación de Servicios a la Ciudadanía – CCOO

Editoração eletrônica

Carmen Garcez, Flávia Torrezan

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

T925f Tumolo, Paulo Sergio
A formação sindical das Comisiones Obreras (CCOO)
da Espanha : trajetória histórica e mudanças /
Paulo Sergio Tumolo. – Florianópolis:
Em Debate, 2013.
125 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8328-011-8

1. Sindicalismo – Espanha. I. Título

CDU: 331.105.44

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. AS COMISIONES OBRERAS (CCOO)	
DA ESPANHA.....	13
1.1 As organizações sindicais da Espanha.....	13
1.2 As Comisiones Obreras (CCOO).....	16
1.2.1 Breve história das CCOO	17
1ª Etapa – CCOO como movimento espontâneo.....	17
2ª Etapa – CCOO se convertem em movimento organizado... ..	18
3ª Etapa – CCOO se transformam em Central Sindical	19
Um novo diálogo social (1995-2000)	22
1.2.2 Os principais dirigentes das CCOO	23
1.2.3 Quem são e como se organizam as Comisiones Obreras ..	24
Uniões territoriais	27
Federações	28
Correntes políticas internas	29
1.2.4 As estratégias políticas das Comisiones Obreras.....	30
Características das CCOO em suas fases iniciais	31
O processo de mudanças das CCOO	38
2. A FORMAÇÃO SINDICAL DAS COMISIONES	
OBRERAS (CCOO).....	55
2.1 A escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico.....	56
2.1.1 Objetivos da Escola	57
2.1.2 Estrutura da Escola	58
2.1.3 O modelo de formação sindical.....	58
2.2 A formação sindical das CCOO em seus primórdios.....	61
2.3 As mudanças na formação sindical e seu caráter na atualidade	76

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
3.1 Elementos comparativos entre as CCOO e a CUT brasileira e suas formações sindicais	91
3.2 Reflexões sobre a educação na perspectiva da classe trabalhadora.....	99
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

A discussão a respeito de uma proposta de educação que esteja de acordo com os interesses da classe trabalhadora tem acompanhado o movimento desta classe ao longo de sua história de luta, ao mesmo tempo em que o assunto tem sido alvo de atenção de inúmeros estudiosos, principalmente da área de educação e, em especial, no Brasil, do “campo” Trabalho e Educação.

Uma vez que se trata de um debate secular, a enorme produção teórica a respeito desse assunto, dentro e fora da academia, evidencia os enormes avanços que ocorreram. Porém, ao mesmo tempo, espelha os limites e insuficiências, que, certamente, não são de ordem pessoal, mas, diferentemente, são resultado do próprio processo histórico.

Dessa forma, considerando os incontestáveis avanços, faz-se necessário dar continuidade à discussão de algumas questões, entre as quais: Como pensar e implementar uma educação que, restrita pelo sistema do capital, aponte para a emancipação humana, vale dizer, uma “educação para além do capital”? Quais seriam os “lugares sociais” privilegiados onde tais atividades poderiam realizar-se? Quais as contribuições que os movimentos sociais e as organizações dos trabalhadores poderiam apresentar neste sentido? Quais são seus limites?

Inquietado por perguntas como essas, decidi investigar um tópico pouco explorado no Brasil, qual seja, a educação realizada pelas próprias organizações dos trabalhadores¹ e, em minha tese de doutoramento (TUMOLO, 1999), realizada na segunda metade dos anos de 1990, pesquisei as atividades de formação político-sindical desenvolvidas pela mais importante das organizações dos trabalhadores no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na tese, publicada no livro “Da contestação à conformação – A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista” (TUMOLO, 2002), analiso a traje-

¹ Aqui, não estou me referindo, obviamente, à formação profissional realizada por várias organizações dos trabalhadores, que tem sido alvo de investigação de uma quantidade enorme de pesquisadores.

tória da formação sindical da Central articulando-a com a emergência e consolidação do novo padrão de acumulação de capital e estabelecendo como mediação o estudo da evolução política da Central. O trabalho de formação político-sindical realizado pela mais destacada das organizações dos trabalhadores no Brasil, a CUT, representa uma concepção e uma prática de educação realizada no universo mesmo dos movimentos sociais da classe trabalhadora e a investigação sobre ele revelou não apenas seu alcance e suas contribuições, mas, sobretudo, seus limites².

Em 2008 retomei o mesmo assunto por ocasião de realização de meu estágio pós-doutoral, que teve como escopo estudar as experiências de educação de organizações dos trabalhadores da Espanha, já que, como é sabido, este país tem uma reconhecida tradição histórica de lutas sociais, principalmente do movimento operário. Comecei meus estudos de pós-doutoramento fazendo um levantamento das organizações de trabalhadores da Espanha, ou melhor, dos sindicatos e centrais sindicais, destacando aqueles que realizam um trabalho de educação ou formação político-sindical. Como ocorre na maioria dos países, no Estado espanhol há uma quantidade imensa dessas organizações, ainda mais pelo fato de que a Espanha é um reino composto por diversas nacionalidades, que contam com sindicatos de cunho nacional. Por isso, como seria impossível investigar todas as organizações sindicais no tempo disponível para um estágio pós-doutoral – um ano –, tive de eleger uma como meu objeto específico de investigação e a decisão recaiu sobre a maior delas, as *Comisiones Obreras* (CCOO)³, pelas razões que serão apresentadas posteriormente.

O objetivo principal foi o de levantar dados e analisar o trabalho de formação sindical das *Comisiones Obreras* (CCOO) ao longo de sua história e buscar estabelecer uma relação com a trajetória política desta confederação sindical.

As principais indagações que orientaram este estudo foram as seguintes: Quais são as principais características do trabalho de edu-

² Tal assunto será retomado mais adiante.

³ O nome oficial é Confederación Sindical de Comisiones Obreras

cação/formação realizado? Quais são seus alcances e limites? Que resultados poderiam ser identificados? Qual é o significado teórico-político da educação/formação desenvolvida? Qual seria a relação desse trabalho com as diversas estratégias de ação política? Que relações poderiam ser identificadas entre essas práticas educativas e as realizadas no Brasil, em especial as da CUT? Que contribuições essas experiências poderiam oferecer para o debate teórico do campo Trabalho e Educação?

Para a realização da pesquisa, lancei mão dos seguintes procedimentos e instrumentos:

1. Levantamento bibliográfico. Busquei levantar, selecionar e estudar a bibliografia correspondente aos temas de pesquisa sobre os quais me debrucei, ou seja, os movimentos sociais na Espanha, particularmente o movimento operário e sindical, as organizações dos trabalhadores (sindicatos, centrais e/ou confederações sindicais), bem como o contexto histórico de sua evolução, e a formação sindical por elas realizada. Levantei informações e estudei as principais Centrais sindicais espanholas, e como escolhi a maior delas, as *Comisiones Obreras* (CCOO), como meu objeto específico de investigação, concentrei-me na análise desta Confederação Sindical e de seu trabalho de formação sindical. O levantamento do material bibliográfico foi feito em diversas fontes, *in loco* e/ou pela internet:

- Secretaria de Formação Sindical das *Comisiones Obreras* (CCOO) da Catalunha, com sede em Barcelona.
- Arquivo histórico das CCOO da Catalunha, onde não apenas colhi muito material, mas passei grande parte do tempo buscando, selecionando, lendo, analisando e fazendo o registro desse material.
- CERES – Centre d’Estudis i Recerca Sindicals⁴ (Centro de Estudos e Pesquisas Sindicais) das CCOO, que tem uma excelente biblioteca, especialmente sobre o movimento sindical e operário da Espanha, sobretudo material das CCOO, e oferece ótimas

⁴ <<http://www.ccoo.cat/aspnet/ceres.aspx>> ou <www.ccoo.cat/ceres>.

condições de trabalho, de tal maneira que passei ali muito tempo trabalhando, lendo e estudando o material disponível.

- Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico das CCOO, situada em Madri.
- Bibliotecas universitárias e outras bibliotecas de Barcelona.
- Sites das Comisiones Obreras (CCOO) Nacional e da Catalunha: <<http://www.ccoo.es/cscceo/>> e <<http://www.ccoo.cat/index.aspx>>.
- Site da Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico das CCOO: <http://www.ccoo.es/cscceo/menu.do?Areas:Formacion_sindical>.
- Site da Secretaria de Formação Sindical das CCOO da Catalunha: <http://www.ccoo.cat/aspnet/formacio_sindical.aspx>.
- Rede de bibliotecas universitárias da Espanha, que disponibiliza na internet os títulos das mais importantes bibliotecas universitárias deste país: <<http://rebiun.absysnet.com/>>.

2. Entrevistas e depoimentos informais com pessoas das CCOO (ligadas ou não ao trabalho de formação) e com investigadores que estudam o movimento sindical espanhol.

Uma observação pertinente: muitos documentos e materiais de formação sindical não estavam datados havendo uma enorme dificuldade para localizá-los no tempo. Para tentar descobrir, recorri a algumas pessoas e também a informações contidas no conteúdo mesmo dos textos, tais como datas correspondentes a dados apresentados ou datas de publicação de textos nas referências bibliográficas. Dessa forma, as datas de vários textos são aproximadas.

Por fim, gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Primeiramente, tenho absoluta clareza que o tema *formação sindical das CCOO* é muito maior, mais complexo e rico do que está retratado neste texto. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de uma mina praticamente inesgotável, cuja exploração demandaria muito mais tempo do que um ano de trabalho correspondente a meu estágio pós-doutoral. Contudo, numa investigação, é forçoso fazer escolhas, afunilar, demarcar, o que im-

plica lamentáveis perdas. Dessa forma, por razões teórico-políticas, a prospecção foi feita num dos veios da mina, ou seja, dentro do amplo leque do tema em questão, a investigação se circunscreveu à política, ou aos aspectos políticos da formação sindical das CCOO e sua evolução, e privilegiou sua relação com a trajetória política desta Confederação sindical. Consta-me que esta abordagem é inédita no estudo do tema eleito, tendo em vista que o único texto a que tive acesso que se debruçou sobre tal matéria, discutiu a formação sindical de três sindicatos espanhóis (CCOO, UGT⁵ e ELA-STV⁶) no âmbito dela mesma, ou melhor, não estabeleceu a relação proposta acima. Tal escolha teve implicações nos procedimentos de pesquisa. Uma vez que elegi estudar os aspectos políticos da formação sindical, sua evolução e sua relação com o itinerário político-estratégico das CCOO, e não a prática mesma da formação, o peso decisivo para coleta de dados e informações recaiu sobre os textos e documentos referentes às diversas épocas históricas, de tal maneira que as entrevistas e outros procedimentos serviram apenas como complemento da tarefa investigativa.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que discorrer sobre as CCOO e sobre sua formação sindical é sempre muito problemático, porque esta Central sindical é constituída por indivíduos, grupos e correntes político-ideológicas com interesses e projetos acentuadamente diversificados, o que, guardadas as especificidades, se reflete também na formação político-sindical de seus quadros. Por esse motivo, não é possível falar de uma única formação sindical, tendo em vista que as escolas e outras instâncias de formação guardam certa especificidade e também que vários organismos da própria Confederação, principalmente as Federações e Uniões territoriais, têm uma estrutura e uma prática próprias de formação. Não obstante, apesar dessa diversidade, ou melhor, como resultado da luta entre as diversas correntes, como veremos adiante, determinadas estratégias de ação política foram se construindo como hegemônicas ao longo de sua história. Sendo assim, quando forem mencionadas as CCOO e a formação sindical das CCOO, sem desconsiderar as várias posições que se digladiam, estarei

⁵ Confederación Sindical Unión General de Trabajadores de España

⁶ Euskal Langileen Alkartasuna-Solidaridad de los Trabajadores Vascos.

me referindo aos projetos e às práticas que se constituíram efetivamente como hegemônicos nesses dois âmbitos.

Com os procedimentos e instrumentos apresentados anteriormente desenvolvi minha pesquisa, cujos resultados estão apresentados nas páginas deste livro.

A exposição dos resultados da investigação começa, no primeiro capítulo, com a apresentação e análise das *Comisiones Obreras* (CCOO) da Espanha, sua evolução histórica e as mudanças que ocorreram em sua estratégia política. No segundo capítulo, passo a descrever e analisar a formação sindical das CCOO, suas principais características e mudanças que aconteceram ao longo de sua história e, a partir daí, procuro estabelecer uma relação entre o caminho traçado pela formação sindical com o itinerário político da Confederação sindical. Em seguida, nas considerações finais, busco fazer um paralelo entre o caso espanhol estudado – a formação sindical das CCOO – e o caso brasileiro, que foi objeto de investigação em minha tese de doutorado, a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ao final, com base nos estudos realizados, faço algumas reflexões sobre a educação na perspectiva da classe trabalhadora.

1

AS COMISIONES OBRERAS (CCOO) DA ESPANHA

1.1 AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DA ESPANHA

Assim como ocorre em outros países, na Espanha há uma quantidade imensa de sindicatos, federações e confederações sindicais, organizadas por ramos de atividade e/ou de acordo com um determinado perfil político-ideológico, e centrais sindicais, muitas delas formadas nas diversas nações, ou comunidades autônomas, como costumam denominar, que compõem o reino da Espanha, como é o caso da Catalunha. Contudo, devido à abrangência e representatividade, é possível considerar que, no âmbito do Estado espanhol, existem três centrais sindicais: as Comisiones Obreras¹ (CCOO), a Unión General de los Trabajadores (UGT) e a Unión Sindical Obrera (USO)². A primeira é a maior delas, em número de filiados³ e de delegados sindicais⁴, seguida de perto da UGT⁵, e a terceira aparece bastante distante das duas primeiras^{6,7}.

¹ Pareceu-me mais adequado manter os nomes das organizações sindicais no original, em castelhano.

² Como é muito difícil definir com precisão o que é uma Central sindical, esta lista poderia agregar muitas outras siglas.

³ As CCOO tem 1.192.973 filiados (outubro de 2008) e 127.384 delegados sindicais (outubro de 2008).

⁴ São os representantes dos trabalhadores eleitos nos locais de trabalho.

⁵ A UGT contava com 888.414 filiados (março de 2005) e 115.437 delegados (março de 2008).

⁶ A USO tem aproximadamente 120.000 filiados e 10.000 delegados sindicais.

⁷ Segundo dados de 2007 do Ministério de Trabalho e Imigração, CCOO representava aproximadamente 39% do total de delegados e UGT, cerca de 37%. Muito atrás aparece a

A USO, a menor das três Centrais Sindicais Espanholas, foi fundada no final dos anos 1950 a partir de núcleos cristãos operários e em 1961 se aprova a Carta Fundacional, quando se constitui definitivamente. Em 1966, ano de sua legalização, grande parte da organização se integrou na UGT e em 1980 outra parte da militância ingressou nas CCOO, o que a deixou bastante debilitada. Na atualidade é a terceira central sindical representativa na Espanha, e tem se reafirmado como alternativa sindical independente, autônoma e plural⁸, com uma importante representatividade no setor da segurança privada, nos funcionários públicos e no ensino privado concertado⁹.

Com uma história muito mais larga, a UGT foi fundada em Barcelona em 12 de agosto de 1888, coincidindo com a celebração da Exposição universal de Barcelona ocorrida no mesmo ano, que havia empregado milhares de operários em tarefas de construção, trabalhando em duras condições, o que os levou à necessidade de organizar-se para defender seus interesses. A UGT nasceu em íntima relação com o socialismo marxista apesar de seu apoliticismo estatutário e compartilhou origem histórica com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) evoluindo desde o clássico marxismo até uma orientação socialdemocrata. Mesmo que nunca tenha chegado a criar um órgão misto de conexão institucional com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), a UGT esteve relacionada com este partido desde seu nascimento, já que até a década de 1980 a sindicalização à UGT supunha a filiação ao PSOE e vice-versa.

No período da I guerra mundial a UGT adotou táticas de aproximação e unidade de ação com os anarco-sindicalistas da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) e com os comunistas, interrompidas

USO com aproximadamente 3%. Em determinados territórios, as organizações de caráter nacionalista se aproximam, e em alguns casos inclusive superam, as de implantação nacional. Isto é o que ocorre, por exemplo, no País Basco, onde o sindicato ELA-STV (Euskal Langileen Alkartasuna-Solidaridad de los Trabajadores Vascos) é a primeira força sindical alcançando cerca de 40% da representação sindical nessa comunidade autônoma. No entanto, sua porcentagem de representação nacional é de 3%.

⁸ Para mais informações, ver a página da USO na Internet: <<http://www.uso.es/>>.

⁹ Escolas privadas que têm convênio com o Estado e recebem recursos públicos.

bruscamente com o advento da ditadura de Miguel Primo de Rivera¹⁰, quando a CNT se opõe firmemente ao golpe de estado, sendo, portanto, proibida pela ditadura, enquanto que a UGT mostra uma atitude de passividade e colaboração que lhe permitiu seguir funcionando. A partir do exílio provocado pela vitória franquista, as atividades da central passaram da clandestinidade durante a ditadura a seu ressurgimento durante a chamada Transição democrática¹¹.

Desde sua legalização como organização sindical em 1977, a UGT¹² está estruturada como uma organização de caráter confederal, integrada por uniões territoriais, federações e uniões estatais¹³.

Por sua vez, as primeiras Comisiones Obreras (CCOO) surgiram no final da década de 1950. Tendo como referência imediata o sindicato clandestino Oposición Sindical Operária¹⁴, as comisiones obreras, órgãos de representação dos trabalhadores eleitos em assembleias, se organizaram durante os anos 60 em várias partes da Espanha como movimento surgido de conflitos laborais, à margem e contra o sistema franquista. Foram impulsionadas pelo Partido Comunista de Espanha

¹⁰ Foi o regime político que ocorreu desde o golpe de Estado do capitão general da Catalunha, Miguel Primo de Rivera, em 13 de setembro de 1923, até 28 de janeiro de 1930.

¹¹ Transição democrática ou Transição Espanhola é o período histórico no qual se dá o processo em que a Espanha deixa para trás o regime ditatorial do general Francisco Franco, passando a ser regida por uma Constituição na qual se consagrava um Estado social, democrático e de direito. Não há consenso com relação à duração desse período. Em geral, novembro de 1975 é considerado o marco inicial, quando ocorre a morte do ditador Franco (20 de novembro) e a proclamação de Juan Carlos I de Borbón como rei da Espanha (22 de novembro). Como fechamento do período, alguns advogam o dia 29 de dezembro de 1978, quando entra em vigor a Constituição e outros o dia 28 de outubro de 1982, quando deixa de governar a UCD, partido que promoveu a mudança do regime político e a aprovação da Constituição de 78. Não obstante, também é possível encontrar autores que situam o início da transição na aprovação da Lei Orgânica do Estado em 1966, o que prolonga sua duração até as eleições de 1996 nas quais ganhou o Partido Popular.

¹² Seu nome oficial é Confederação Sindical Unión General de Trabajadores de España.

¹³ Para mais informações, consultar a página web: <<http://www.ugt.es/index1.html>>.

¹⁴ A Oposición Sindical Obrera (OSO) foi um sindicato clandestino próximo ao Partido Comunista de Espanha (PCE) que teve sua maior implantação durante o Regime Franquista no final da década de 1950 e princípios da de 1960.

(PCE), por movimentos cristãos operários e por diferentes organizações de esquerda, inclusive nacionalistas, opostos ao regime, o que possibilitou que passassem de comissões espontâneas e momentâneas surgidas dos conflitos a um movimento estável e organizado, de tal maneira a terem se tornado, atualmente, a principal força sindical espanhola.

No que diz respeito a meu objeto específico de pesquisa, a formação sindical, decidi eleger uma das organizações sindicais, já que a quantidade delas é muito grande e o volume de material referente ao tema da formação de cada uma delas também é imenso, o que inviabilizaria o estudo da formação sindical de muitas daquelas organizações, ou de todas elas, dentro do tempo e condições de que dispunha. Além disso, concentrando minhas atenções numa delas, poderia capturar melhor e com mais riqueza meu objeto de estudo. Minha escolha recaiu sobre as Comisiones Obreras (CCOO) pelas razões que se seguem: 1. é a maior organização sindical da Espanha, 2. as CCOO realizam dois tipos distintos de formação, a formação profissional ou ocupacional e a formação sindical, sendo que cada uma delas tem sua própria organização em secretarias diferentes e a última conta, inclusive, com uma escola nacional de formação sindical, a Escola Sindical Juan Muñiz Zapico, 3. tomando o período mais recente da história espanhola, as CCOO nasceram com um claro perfil de esquerda e classista, oferecendo, dessa forma as características mais adequadas aos objetivos deste estudo, 4. seja por sua trajetória histórica ou por suas posições políticas, as CCOO têm uma certa “irmandade” com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) brasileira, inclusive no campo da formação, o que possibilitará estabelecer comparações com a investigação que realizei sobre a formação sindical desta última, que resultou em minha tese de doutorado (TUMOLO, 1999) e num livro (TUMOLO, 2002).

1.2 AS COMISIONES OBRERAS (CCOO)

As Comisiones Obreras surgiram no final da década de cinquenta como um movimento espontâneo de trabalhadores, que emergem em fábricas, minas e campos para reivindicar melhorias trabalhistas diante das direções das empresas. Ao ser resultado de dinâmicas históricas

diferenciadas, a constituição de formas organizativas mais estáveis em alguns pontos do país se produziu em datas distintas. Estes grupos já existem em 1962 em Asturias e Andalucía; em 1963 em Euskadi e na Galicia; em 1964 na Catalunha e em Madrid, e posteriormente no País Valenciano e outras comunidades autônomas. As Comisiones Obreras apresentaram candidaturas nas eleições sindicais desde 1963, com o objetivo de introduzir-se na estrutura da Organização Sindical Espanhola (Sindicato Vertical), atuando de forma semi-tolerada, até que uma sentença do Tribunal Supremo de 1967 as declarou fora da lei. Permaneceram como uma organização clandestina, mas com vontade de atuar publicamente, até abril de 1977, data em que foi legalizada de acordo com a Lei Orgânica de Liberdade Sindical. A partir daí seu nome oficial é Confederação Sindical de Comisiones Obreras (C.S. CC.OO.).

Para melhor situar meu objeto específico de estudo – a formação sindical – parece-me necessário apresentar primeiramente um breve histórico das CCOO bem como suas principais características e formas de organização.

1.2.1 Breve história das CCOO¹⁵

1ª. Etapa – CCOO como movimento espontâneo

Com o fim da guerra civil em 1936 se instaura na Espanha a ditadura franquista, de caráter fascista, que se mantém no poder durante quase 40 anos. Proíbem-se os partidos políticos e se dissolvem os sindicatos, e seus militantes são presos, fuzilados e perseguidos. Ao mesmo tempo são criados os Sindicatos Verticais¹⁶, de filiação obri-

¹⁵Parte das informações contidas nesta seção foi retirada dos documentos disponibilizados na página web das CCOO: <<http://www.ccoo.es/cscceo/>>.

¹⁶ A Organização Sindical Espanhola (OSE), conhecida comumente como Sindicato Vertical, foi a única organização de sindicato legal na Espanha entre 1940 e 1976, criada e controlada pelo regime franquista. As organizações anteriores, como a anarquista CNT e a UGT socialista, foram proscritas e passaram à clandestinidade. O Sindicato vertical, ou OSE, foi fundado em 1940, como resultado das várias legislações aprovadas pelo novo regime. Depois da morte de Franco, no contexto de meados dos anos 1970 e diante da pressão dos trabalhadores que demandavam uma representação livre e democrática, o Sindicato Vertical foi abolido pelo Governo de Adolfo Suárez em 1976, e os sindicatos

gatória tanto para empresários como para trabalhadores, dirigidos pelos patrões e pelos membros do regime. Neste processo repressivo, as tentativas de reconstruir as organizações operárias fracassam e o movimento sindical operário espanhol desaparece praticamente da cena social.

Em 1947 ocorre a primeira greve sob o franquismo, na qual participaram 40.000 metalúrgicos em Vizcaya. Este fato marca o nascimento de um novo movimento operário que, desde então, tendia a crescer em potência e força. Outra data histórica foi a do ano 1951, com greves e manifestações em Barcelona, Madrid e País Vasco.

Nessas primeiras lutas e outras que seguiram, foram tendo um papel importante novas formas organizativas. Em muitos lugares os trabalhadores começam a nomear comissões de homens e mulheres mais combativos que assumem a representação e tratam de negociar melhorias com os patrões. Essas primeiras comissões operárias (comisiones obreras) espontâneas, que foram impulsionadas pelo Partido Comunista de Espanha (PCE), movimentos cristãos operários e outros coletivos opostos ao regime franquista, que nascem e morrem em cada conflito, são as primeiras CCOO que, com este ou outros nomes, fazem sua aparição. A história das CCOO havia começado. Uma das primeiras Comisiones Obreras que com tal nome se recorda foi aquela formada em Asturias na mina de Camocha (Gijón), em 1957, por ocasião de uma greve. Esta é a etapa das CCOO como movimento espontâneo.

2ª. Etapa – CCOO se convertem em movimento organizado

1964 é o ano em que se pode considerar que as CCOO iniciam sua caminhada como movimento organizado, conseguindo a aglutinação e a coordenação, em grande medida, do movimento operário espanhol sob o franquismo. As eleições sindicais de 1966, nas quais as CCOO logram um grande triunfo, supuseram um duro golpe ao sindicato vertical e permitiram a consolidação das CCOO como movimento organizado.

de classe foram legalizados definitivamente em 30 de abril de 1977. O Sindicato Vertical foi transformado na Associação Interprofissional de Serviços Sociolaborais (AISS), que passou a ter a propriedade ou gestão do chamado Patrimônio Sindical Acumulado (PSA).

A primeira Reunião Geral das CCOO do Estado Espanhol acontece em junho de 1967, em Madrid. Neste ano, as CCOO passam de movimento semilegal a ser perseguido sistematicamente – em novembro de 1967 o Tribunal Supremo as declara subversivas e ilícitas. A repressão contra as CCOO é brutal: de 9.000 condenados entre 1963 e 1977 pelo Tribunal de Ordem Pública (TOP), que substituiu os Tribunais Militares como instrumento repressor, uma imensa maioria era de militantes das CCOO. Em 1968 Marcelino Camacho, Julián Ariza e outros dirigentes sindicais são encarcerados e processados por pertencerem às CCOO.

No auge das ações do movimento operário, o regime ditatorial responde declarando sucessivos estados de exceção, destacando o de 1969 e o de 1970-71, que provocam numerosas detenções e torturas a dirigentes operários. Destaca-se a detenção e condenação a vários anos de prisão da Coordenação Nacional das CCOO (o chamado Processo 1001) que, ainda que tenha dificultado as mobilizações, não impediu que a partir de 1973 os conflitos coletivos, as paralisações e as greves tenham ocorrido em numerosas empresas e setores de toda a Espanha, e que as CCOO tenham se fortalecido e se consolidado como organização.

3ª. Etapa – CCOO se transformam em Central Sindical

A partir de Novembro de 1975, com a morte de Franco, se acelera o processo democrático e começa a Transição, em que as estruturas da ditadura e suas leis foram desaparecendo na medida em que a pressão popular se acentuava. No campo sindical, esse período se caracteriza por introduzir todo tipo de obstáculos à consolidação das CCOO e favorecer a dispersão sindical, num esforço para evitar a unidade sindical. Enquanto se perseguia as CCOO, uma delegação do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), com Felipe González e Nicolás Redondo na cabeça, se encontrava com Manuel Fraga (Ministro do Interior, 1975-76).

O Secretariado da Coordenação Geral das CCOO decidiu realizar a Assembleia Geral das CCOO em Madrid, na qual estava prevista a participação de 2.000 delegados de toda Espanha. Foi feita a solicita-

ção oficial às autoridades governamentais, para os dias 27, 28 e 29 de junho de 1976, mas o governo a proibiu. Por outro lado, em 15 de abril do mesmo ano, a UGT havia celebrado seu XXX Congresso, tolerado pelas autoridades, enquanto Marcelino Camacho, a principal liderança das CCOO, estava outra vez na prisão.

Proibida a Assembleia de Madrid, a direção das CCOO realiza clandestinamente a Assembleia em Barcelona¹⁷ no dia 11 de julho daquele mesmo ano, na qual, constatada a impossibilidade de criar um sindicato unitário, se decide pela criação da Confederação Sindical de Comisiones Obreras. As resoluções desta Assembleia significaram o começo da 3ª etapa das CCOO.

Em setembro de 1976 foi formada a Coordenação de Organizações Sindicais (COS), constituída por CCOO, USO e UGT, que convocou a paralisação geral de 12 de novembro. Sua duração, entretanto, foi efêmera e se dissolveu depois da saída da UGT.

Enquanto isso, as CCOO adotam uma estrutura setorial e territorial. No final de 1976 e nos primeiros meses de 1977, as CCOO vão constituindo os sindicatos regionais e de nacionalidade, mediante um processo de assembleias. As coordenações gerais de ramos de atividade se convertem no embrião das federações estatais.

A participação no funeral de advogados trabalhistas em Madrid, que eram militantes das CCOO e do Partido Comunista da Espanha e foram assassinados por um grupo terrorista de extrema direita, foi o detonante da legalização das CCOO e do PCE. Em 27 de abril de 1977, depois da legalização dos partidos políticos, são legalizados os sindicatos e se fecha uma longa etapa de repressão. Assim, nasce legal e juridicamente a Confederação Sindical de Comisiones Obreras, que celebra seu primeiro congresso confederal em junho de 1978, no qual se elegeu uma direção estável, sendo nomeado secretário-geral¹⁸ Marcelino Camacho¹⁹, que se manteve no cargo até 1987.

¹⁷ Esta Assembleia é a referência-marco da história das Comisiones Obreras. Para mais informações vide, entre outros, Ariza (1977).

¹⁸ Nas CCOO não existe o cargo de Presidente.

¹⁹ Marcelino Camacho, dirigente histórico das CCOO, foi, sem dúvida, sua principal referência.

No mês de outubro de 1977, as principais organizações políticas assinam os Pactos de Moncloa, com o apoio de CCOO. Em 1978 ocorrem as primeiras eleições sindicais democráticas, que são ganhas por CCOO.

A vitória eleitoral da União de Centro Democrático (UCD)²⁰ em 1979 abre caminho a uma ofensiva governamental contra os sindicatos, impondo uma revisão salarial por decreto, apresentando um projeto de Estatuto dos Trabalhadores nas Cortes e anunciando um projeto de lei de greve. Enquanto as CCOO convocaram, em 11 de julho, uma ampla mobilização contra estas medidas, na qual participaram mais de 2,5 milhões de trabalhadores, a UGT e a patronal Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE)²¹ realizavam o Acordo Básico Interconfederal (ABI), cujos conteúdos se plasmariam no Estatuto dos Trabalhadores que finalmente foi aprovado. Depois do ABI, em janeiro de 1980, UGT e CEOE assinaram o Acordo Marco Interconfederal (AMI). Em junho de 1981, as CCOO, junto com o Governo e com os assinantes do pacto anterior, assinam o Acordo Nacional sobre Emprego (ANE).

Com a chegada do PSOE ao governo, nas eleições gerais de 1982, se assina o Acordo Econômico e Social (AES) em outubro de 1984, mas sem a assinatura das CCOO, por entender que não era favorável aos trabalhadores. De fato, durante seu desenvolvimento entre 1985 e 1986 se iniciaram as políticas de precarização do emprego, além da lei de “corte” de pensões de 1985.

A partir de 1985, a interrupção dos acordos centrais significou a organização de grandes embates, como as greves gerais de 1985, 1988, 1992 e 1994 contra a política econômica e trabalhista do governo socialista.

²⁰ União de Centro Democrático (UCD) foi uma coalizão política criada em 03 de Maio de 1977, e posteriormente um partido político de centro fundado em 04 de Agosto de 1977, cujo líder foi Adolfo Suárez. Governou a Espanha de 1977 a 1982, durante a Transição democrática, e dissolveu-se em 18 de Fevereiro de 1983.

²¹ A Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE) é uma instituição fundada em junho de 1977 que representa os empresários espanhóis, integrando empresas públicas e privadas de todos os setores de atividade.

Em 20 de junho de 1985, as CCOO convocaram uma greve geral contra a reforma das pensões que teve a adesão de mais de 4 milhões de trabalhadores.

Em 14 de dezembro de 1988 CCOO e UGT paralisam a Espanha com uma greve geral contra a política econômica do Governo e pela retirada dos “contratos basura [lixo]” para os jovens, pela recuperação salarial, pelo incremento da cobertura aos desempregados e pelo aumento das pensões mínimas. O movimento consegue a retirada do Plano de Emprego Juvenil.

O 14-D, como se conheceu esta greve geral, facilitou a dinâmica de unidade de ação entre CCOO e UGT, tendo como consequência mais significativa a Proposta Sindical Prioritária elaborada conjuntamente em 1989. A unidade de ação facilitou também o ingresso das CCOO na Confederação Europeia de Sindicatos (CES) em dezembro de 1990.

Em 28 de maio de 1992 se realiza uma greve geral de meia jornada “contra o decreto do Governo”, que diminuía drasticamente as prestações do seguro desemprego e aprofundava a desregularização de direitos e a precarização do emprego.

A reforma de 1994 acentua ainda mais as medidas do “decreto”, desencadeando a greve geral de 27 de janeiro de 1994. Isto não impede que neste ano se alcancem acordos pontuais com o Governo sobre revalorização de pensões, retribuições de empregados públicos ou sobre emprego rural.

Um novo diálogo social (1995-2000)

Em meados dos anos 1990 se inauguram novos marcos de diálogo social. Assim, são encaminhadas medidas legislativas que foram resultado da negociação com os agentes sociais, como a Lei de Prevenção de Riscos Laborais e o Acordo para o Emprego e a Proteção Social Agrária. Também em 1996 se estabelece o Sistema Extrajudicial de Solução de Conflitos (SIMA), que é renovado em 2001.

Não obstante, o primeiro grande acordo foi o denominado Pacto

de Toledo subscrito pelos partidos políticos em 1995 sobre desenvolvimento, consolidação e racionalização do sistema de Segurança Social, que tomava muitas das propostas apresentadas pelas CCOO, ao que seguiu o chamado Pacto sobre Pensões, que não contou com apoio das organizações patronais.

Em 1997 os sindicatos e empresários fazem um acordo, assumido posteriormente pelo Governo, que modificava em sentido positivo a reforma de 1994.

Contudo, a aprovação pelo governo do PP, com a oposição sindical, da Lei de Estrangeiros em dezembro de 2000 supõe um golpe ao novo diálogo social. A reforma laboral de 2001, um claro apoio às posições da patronal CEOE, acentua a crise do diálogo social, ainda que em abril de 2001 o Governo, a CEOE e CCOO, já com José María Fidalgo como secretário-geral eleito no VII Congresso confederal em 2000, revisam o pacto sobre pensões de 1996.

1.2.2 Os principais dirigentes das CCOO

Desde a transição democrática até 1987 o secretário-geral das CCOO foi o histórico dirigente operário Marcelino Camacho, também dirigente do PCE e deputado entre 1977 e 1981. A partir de sua legalização em abril de 1977, o sindicato cresce vertiginosamente em filiação, como ocorreu também com as outras centrais sindicais e partidos de esquerda. De 1976 a 1978, as CCOO passam de 30.000 a 1.840.907 filiados. Contudo, depois de assinar os Pactos de Moncloa esta cifra começará progressivamente a decrescer, passando a 778.474 filiados em 1981 e a 664.038 em 1986, acompanhando o nível geral de sindicalização dos trabalhadores espanhóis, que desde então não passará de 20%.

No ano seguinte de sua legalização, em 1978, realizou seu I Congresso Confederal, no qual foi reeleito Marcelino Camacho, fato que se repetiria no II Congresso (1981) e no III (1984). Em 1980 CCOO recebem uma parte importante dos militantes da USO, pertencentes a sua corrente socialista autogestionária.

A partir do IV Congresso (1987) o secretário-geral do sindicato foi Antonio Gutiérrez, reeleito no V Congresso (1991), durante cujo mandato se produziu um afastamento do PCE e um fomento à negociação e ao pacto social baseados na contenção salarial e na perda de direitos, o que resultou no surgimento do Setor Crítico como ala esquerda contestatória da direção do sindicato, apoiado por Marcelino Camacho e Augustín Moreno, a partir do VI Congresso (1996).

Desde o VII Congresso (2000) o secretário-geral foi José Maria Fidalgo, reeleito no VIII Congresso de abril de 2004. Neste último, o setor oficialista se rompeu, e Fidalgo conseguiu somente 59% dos votos em sua reeleição, sendo especialmente criticado internamente desde 2003, inclusive por causa de sua posição nas mobilizações da Sintel.

Em dezembro de 2008 realizou-se o IX Congresso Confederal, no qual foi eleito secretário-geral Ignacio Fernández Toxo. As CCOO tornaram-se a primeira central sindical do país, com 1.200.000 afiliados e 120.000 delegados nas empresas e centros de trabalho de todo o Estado.

1.2.3 Quem são e como se organizam as Comisiones Obreras

Segundo os Estatutos das CCOO, aprovados no VIII Congresso em 2004, a Confederación Sindical de Comisiones Obreras (C.S. de CC.OO.) é uma organização sindical democrática e de classe que confedera as Federações Estatais, Confederações de Nacionalidade e Uniões Regionais nelas integradas. Defende os interesses profissionais, econômicos, políticos e sociais dos trabalhadores e trabalhadoras em todos os âmbitos, especialmente nos locais de trabalho. A C.S. de CC.OO. pretende a supressão de todo tipo de opressão, discriminação e exploração capitalista e orienta sua atividade para:

- a) O exercício efetivo do direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras a um emprego estável e com direitos.
- b) A plena proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras.
- c) A consecução da igualdade entre os sexos; a luta contra a de-

sigualdade da mulher na sociedade e contra toda forma de violência de gênero.

d) A melhoria das condições de emprego e trabalho da população ativa.

e) A solidariedade internacional com os trabalhadores e trabalhadoras de todos os países.

f) A integração social e laboral dos trabalhadores e trabalhadoras e dos pensionistas e aposentados/as em geral e dos coletivos sujeitos a condições de exclusão de forma especial.

g) A melhoria das condições de vida e a promoção sociocultural dos trabalhadores e trabalhadoras.

h) A proteção do meio ambiente e a consecução de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Para isso a C.S. de CC.OO. desenvolve sua atividade sindical através de:

- negociação coletiva;
- concertação social;
- participação institucional e social;
- assistência, assessoramento e defesa individual e coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras;
- promoção e/ou gestão de atividades e serviços dirigidos à integração e promoção social, cultural, profissional e laboral dos trabalhadores e trabalhadoras, e em especial dos filiados e filiadas;
- quantas ações e atividades considere adequadas para o cumprimento de seus objetivos.

A C.S. de CC.OO. admite os trabalhadores e trabalhadoras que desenvolvem sua atividade no Estado espanhol independentemente de suas convicções pessoais, políticas, éticas ou religiosas, de sua raça, se-

xo ou idade; que aceitam os estatutos e seus regulamentos de desenvolvimento, e que praticam a política sindical da C.S. de CC.OO. aprovada em seus diferentes órgãos de direção. A C.S. de CC.OO. adota a forma jurídica de sindicato amparada e em concordância com o estipulado na Lei Orgânica 11/85, de 2 de agosto, de Liberdade Sindical.

Os princípios que norteiam as Comisiones Obreras são os seguintes:

- É uma organização sindical democrática e de classe formada por trabalhadores e trabalhadoras que se filiam de forma voluntária e solidária para defender seus interesses e para conseguir uma sociedade mais justa, democrática e participativa.
- É um sindicato reivindicativo e participativo que pretende representar e defender de forma adequada os interesses do mundo assalariado, dos e das pensionistas, das pessoas que estão desempregadas, dos emigrantes, da imigração e da juventude.
- É um sindicato de homens e mulheres que tem entre seus princípios impulsionar e desenvolver a igualdade de oportunidades, assim como combater a discriminação por razão de sexo. Para isso se propõe desenvolver ações positivas nas relações laborais e condições de trabalho, assim como a consecução de uma representação equilibrada de homens e mulheres em todos os níveis, removendo todos os obstáculos para alcançar a proporcionalidade na filiação existente em todos os órgãos de direção do sindicato.
- É um sindicato plural, aberto a todos os trabalhadores e trabalhadoras, quaisquer que sejam sua ideologia, filosofia, concepção política ou religiosa, dentro do respeito aos direitos humanos e às normas democráticas.
- É um sindicato unitário e democrático, no qual se trabalha para conseguir a unidade do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras e no qual se decidem as atuações sindicais e seu funcionamento a partir das assembleias das pessoas filiadas e dos órgãos de direção e gestão que são eleitos democraticamente.

- É um sindicato que atua de maneira autônoma e independente dos poderes econômicos, do Estado e de qualquer outro interesse alheio a seus fins, e também dos partidos políticos.
- É um sindicato sociopolítico que, além de reivindicar a melhoria das condições de trabalho e de vida, assume a defesa de tudo aquilo que diz respeito aos trabalhadores e trabalhadoras, dentro e fora da empresa.
- É um sindicato internacionalista, a partir do qual se fomenta a solidariedade com todos os povos do mundo que lutam pelas liberdades democráticas, e com os refugiados e refugiadas, trabalhadoras e trabalhadores que padecem perseguição pelo fato de exercerem seus direitos sindicais e democráticos.
- É um sindicato pluriétnico e multicultural que luta contra o racismo e a xenofobia, que promove os valores do respeito, a tolerância e a convivência entre os membros das distintas etnias e povos, que quer agrupar e defender as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, garantindo-lhes a plena igualdade de direitos e deveres dentro da organização, e sua inserção na comunidade.
- CCOO se estruturam em Federações, segundo a atividade ou setor ao qual pertence a empresa, e Uniões, segundo o território onde se localiza o centro de trabalho.

Uniões territoriais

A estrutura territorial integra os trabalhadores atendendo o critério de territorialidade do posto de trabalho. As CCOO estão organizadas em 19 territórios, de acordo com a divisão administrativa do Estado Espanhol: Andalucía, Aragón, Asturias, Cantabria, Castilla y León, Castilla-La Mancha, Catalunya, Euskadi, Extremadura, Galicia, Illes Balears, Islas Canarias, Madrid, Murcia, Navarra, País Valenciá, La Rioja, Ceuta, Melilla.

Federações

A estrutura setorial integra os trabalhadores a partir de seu posto de trabalho, atendendo ao ramo a que pertençam, e é composta por 12 Federações:

- Atividades diversas
- Agro-alimentícia
- Comércio, Hotelaria e Turismo
- Comunicação e Transporte
- Construção, Madeira e Afins
- Educação
- Indústrias Têxtil, Couro, Químicas e Afins
- Minerio-metalúrgica
- Pensionistas e Aposentados
- Saúde e Setores Sociosanitários
- Serviços Financeiros e Administrativos
- Serviços e Administrações Públicas

Fundações

As Comisiones Obreras contam com diversas fundações que desempenham distintas funções:

- Fundação para a Formação e o Emprego “Miguel Escalera”. Tem como objetivo melhorar os níveis de formação e capacitação profissional de trabalhadores e trabalhadoras.
- Fundação Paz e Solidaridade Serafín Aliaga. É uma organização não governamental para a cooperação, a assistência internacional e a promoção da paz e da solidariedade entre os povos, criada por CCOO. Consciente da dimensão

mundial dos problemas, a Fundação opera nos países em vias de desenvolvimento com programas de cooperação e ajuda. Também realiza este trabalho na Espanha, tanto através de ações de formação e sensibilização sobre a problemática do subdesenvolvimento e da interdependência, como mediante a ajuda e a assistência aos asilados e refugiados.

- Fundação 1º de Mayo. Criada em 1988 pelas CCOO com o propósito de aprofundar no estudo, reflexão e debate sobre os problemas que afetam os trabalhadores, os cidadãos e o sindicalismo. Com tal fim, desenvolve projetos de investigação, estudos e seminários, tanto por conta própria como em colaboração com outras instituições de âmbito espanhol ou europeu.
- Instituto Sindical de Trabalho, Ambiente e Saúde. ISTAS é uma fundação autônoma de caráter técnico-sindical promovida por CCOO com o objetivo geral de impulsionar atividades de progresso social para a melhoria das condições de trabalho, a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras no âmbito do Estado espanhol.

Correntes políticas internas

Como geralmente acontece em outras partes do mundo com relação ao movimento sindical, as CCOO têm correntes político-ideológicas internas. Em grandes traços, é possível identificar pelo menos três correntes ou tendências:

1. A Maioria Confederal: como o próprio nome indica, tem sido o setor majoritário da Central, do qual fazem parte as últimas direções, inclusive a atual, encabeçada por Ignacio Fernández Toxo, que substituiu José María Fidalgo, da mesma corrente política, com quem disputou – e ganhou – as eleições no congresso ocorrido em Dezembro de 2008. No 8º. Congresso Confederal, realizado em 2004, a corrente obteve 58% dos

- votos e 19 membros de 33 na Executiva Confederal. Tem clara maioria em 19 organizações: nas federações de Serviços e Administrações Públicas, Minero-metalúrgica, Saúde, Comércio e Hotelaria, Serviços Financeiros e Administrativos, Comunicação e Transporte, Educação, Indústrias Textil-Químicas; e nas federações territoriais de Cantabria, Ceuta, País Basco, Navarra, Catalunha, Galícia, Castilla e León, Comunidade Valenciana, Andaluzia, Extremadura e Murcia.
2. O Setor Crítico: corrente formada em 1996 pela ala esquerda das CCOO e liderada por Augustín Moreno. No 8º. Congresso obteve 23% dos votos dos delegados. É majoritária na Federação de Pensionistas e Aposentados, e nas federações territoriais de Asturias, Baleares e La Rioja. O setor crítico conta com o apoio explícito do ex-secretário-geral Marcelino Camacho.
 3. A Alternativa Confederal: setor que se cindiu da Maioria Confederal, encabeçado pelo ex-secretário de organização Rodolfo Benito. Teve 19% dos votos no 8º. Congresso. Tem maioria nas Federações de Construção e Madeira, e Agroalimentar, e nas uniões regionais de Madrid, Aragón, Canárias e Melilla. Por causa do nome de sua liderança, os militantes deste setor são conhecidos na Central como os *rodolfos* ou os *benitos*.

1.2.4 As estratégias políticas das Comisiones Obreras

Uma vez que já foi apresentado em páginas anteriores (vide item 1.2.1) um relato histórico das CCOO, tratarei agora, com base na literatura estudada, de suas principais características políticas nos primeiros períodos para, em seguida, destacar as alterações ocorridas em sua estratégia política.

Características das CCOO em suas fases iniciais

Sobre as fases iniciais das CCOO, as chamadas três etapas, há uma razoável produção bibliográfica, tanto de pesquisadores acadêmi-

cos como de autores-militantes, principalmente das próprias fileiras das CCOO, com destaque para Marcelino Camacho, que foi sua mais importante liderança e referência política. Os estudos mais sistemáticos, os mais importantes textos, inclusive aqueles que se tornaram clássicos, cobrem o período que vai das origens das CCOO até o final da década de 1980 (ARIZA, 1976, 1977, 2001; BABIANO, 2001; BOIX & PUJADAS, 1975; CAMACHO, 1974, 1990, s/d.; CLÍMACO, 1999, 2002; GABRIEL, 1989; LUDEVIL, 1977; MATEOS, 1987; MOLINERO & YSÀS, 1998; RUÍZ, 1993; SARTORIUS, 1975, 1976, 1977; ZAMORA ANTÓN, 1987), contrastando, como veremos mais adiante, com o período posterior, sobre o qual há uma escassa produção.

O surgimento das Comisiones Obreras está intimamente ligado ao contexto econômico, político e social do final dos anos 50 e início da década de 60 do século passado. Embora a vigência da brutal ditadura franquista tenha sido um fator decisivo para a criação das CCOO, jogou um papel determinante neste processo a configuração econômica da Espanha naquele período. Para Babiano,

as Comisiones Obreras aparecem no contexto do crescimento da economia espanhola que tem lugar a partir do começo dos anos cinquenta. Esse crescimento se baseou num rápido processo de industrialização que se acelerará durante os anos sessenta, assim com numa maior integração internacional da própria economia. A industrialização dos anos cinquenta e sessenta teve um caráter territorial desigual, de maneira que a nova indústria se localizou sobretudo na região cantábrica (especialmente em Euskadi [País Vasco]), Catalunha e no arco mediterrâneo, além de Madri (BABIANO, 2001, p. 31, tradução livre).

Esse novo processo de industrialização que ocorre na Espanha no mencionado período resulta no nascimento de um proletariado industrial mais numeroso e com novo perfil. Para o mesmo autor,

nova e também mais numerosa era a resultante classe operária industrial, dado que os processos em curso significaram

uma proletarização da mão de obra, como se deduz do incremento da taxa de assalariamento da população ativa nesses anos que oscilou, segundo a própria EPA, de 59,2 por cento em 1964 até 70 por cento em 1975. Se dizemos que esta classe operária industrial era radicalmente nova é porque procedia em grande parte da expulsão de força de trabalho da agricultura. Tratava-se de camponeses recentemente emigrados (BABIANO, 2001, p. 31-2, tradução livre).

Justamente pela proveniência do meio rural, essa nova força de trabalho carecia tanto de qualificação como de experiência industrial. Além disso,

por razões generacionais – posto que a maioria desses novos trabalhadores industriais haviam emigrado em idades jovens para acessar ao mercado laboral –, se haviam socializado politicamente no contexto da ditadura franquista. Nesse sentido, em geral, também eram alheios à experiência sindical dos anos trinta, pelo que, no contexto de uma severa repressão, a continuidade da UGT e CNT se viu muito afetada. De fato, com as últimas ações de resistência dos anos quarenta (greves em 1945 na Catalunha e de 1947 em Vizcaya), o sindicalismo anterior à Guerra Civil esgotou definitivamente seu ciclo vital (BABIANO, 2001, p. 32, tradução livre).

Esse foi o contexto no qual surgiram as CCOO e que também marcou os traços de seus próprios militantes.

Praticamente todos os autores consultados são unânimes com relação à caracterização das CCOO durante o período que vai de seu nascimento como movimento espontâneo (final dos anos 50) até sua legalização em 1977, identificando-as como um sindicalismo combativo, com um claro perfil de esquerda e, sobretudo, classista, apresentando diferenciadores em relação às formas sindicais anteriores.

“No princípio foi a ação”. Assim define Sartorius (1977, p. 11) o início das Comisiones obreras, no primeiro dos quatro ensaios que compõem seu livro. As CCOO nasceram no final dos anos 1950, como movimento espontâneo sob a ditadura franquista, e por essa razão,

combinando ações legais e ilegais. Elas representavam uma nova forma do movimento sindical espanhol, que

surgiu de forma descentralizada nas empresas, desvinculada, portanto, dos sindicatos tradicionais no exílio, e dentro de uma nova geração de trabalhadores. Adaptada forçosamente a seu status ilegal, desenvolveu novas estruturas organizativas, assim como métodos de ação e luta para impor suas reivindicações. Assim foi como, depois de quase vinte anos de governo do regime de Franco, se estabeleceu uma forma de organização sindical da classe trabalhadora com evidente capacidade de desenvolvimento sob condições ditatoriais (FHÜRER, 1996, p. 76, tradução livre).

No início, as Comisiones Obreras não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, já que, nelas, havia uma confluência de vários segmentos e correntes político-ideológicas. Delas participavam tanto as organizações legais como as irmandades católicas, grupos de esquerda, assim como socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas que se encontravam na ilegalidade. Mas também militantes e grupos não organizados que nunca haviam entrado em contato com o sindicalismo organizado²². Contudo, o Partido Comunista da Espanha trabalhou ativamente dentro delas, como único partido operário ilegal, e pouco a pouco começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em 1967, quando se realizou a primeira assembleia nacional, seus membros já controlavam os órgãos diretivos nacionais²³. Marcelino Camacho Abad²⁴, conhecido apenas

²² Para mais informações a respeito das diversas correntes que compuseram as CCOO desde o princípio até a histórica Assembleia de Barcelona de 1976, vide, entre outros, Ariza (1977).

²³ Em 1959 o PCE criou sua própria organização secreta, a OSO (Oposição Sindical Operária), mas como esta não conseguiu penetrar no seio da classe operária, o Partido decidiu jogar suas forças na nascente e crescente Comisiones Obreras.

²⁴ Marcelino Camacho Abad é um histórico e destacado sindicalista e político espanhol. Além de ter sido fundador e primeiro secretário-geral das CCOO, entre 1976 e 1987, também foi deputado comunista por Madrid entre 1977 e 1981. Em 1935 se filia ao Partido Comunista de Espanha, tendo lutado, ao lado dos republicanos, na Guerra Civil Espanhola. Depois da vitória franquista foi julgado e condenado a

como Marcelino Camacho, militante histórico do PCE e das CCOO, foi, sem dúvida, sua mais importante liderança.

No dia 31 de março de 1966, um grupo de militantes operários das CCOO, depois de quatro meses de diálogo e debate, escreve um documento, que se tornou um texto histórico e referencial, intitulado *Ante o futuro do sindicalismo (CCOO, 1966)*. O documento apresenta as bases sobre as quais deve assentar a luta unida dos trabalhadores e, por conseguinte, os princípios gerais que deveriam nortear as Comisiones Obreras, redigidos em 10 pontos, dos quais destacarei alguns. O ponto 1 afirma enfaticamente:

O sistema capitalista gera e condiciona a luta de classes. Num sistema socioeconômico capitalista não existe a possibilidade de harmonizar os interesses dos dois lados em luta, situados em posições contrapostas (COMISIONES OBRERAS, 1966, p. 1, tradução livre).

Por isso, os itens 2, 3 e 4 tratam do direito de associação dos trabalhadores e da necessidade de unidade e independência da classe. O ponto 5 fala das condições dos trabalhadores na sociedade capitalista e da necessidade de sua superação.

Os trabalhadores têm de compreender claramente que formam um mundo marginalizado na sociedade capitalista. Eles são os despossuídos, os que recebem as migalhas de um sistema socioeconômico injusto não só no dinheiro, mas também na cultura, em responsabilidade, em participação. Porque cremos que todos os homens são originalmente iguais em direitos, a sociedade que os enquadra tem que ser a sociedade

trabalhos forçados em Tânger. Em 1944 consegue fugir e se exila na Argélia. Em 1957, depois de ser indultado, regressa a Espanha para desempenhar sua profissão de operário metalúrgico na *Perkins Hispania*. Foi eleito representante dos trabalhadores na empresa na qual trabalhava e foi um dos impulsionadores das CCOO. Por suas atividades sindicais e políticas foi preso em 1968, passando nove anos no cárcere de Carabanchel. Na saída da prisão, o líder operário, quase como uma premonição, anunciaria: “*ni nos doblaron, ni nos doblegaron, ni nos van a domesticar*”. Foi indultado depois do famoso Processo 1.001, pelo qual a ditadura julgou os principais dirigentes das CCOO no final de 1973.

de todos. Por isso, é preciso mudar as estruturas da sociedade atual, concebida só para o benefício fabuloso de pequenos grupos e o benefício marginal, muito menor, de um setor imensamente majoritário da população. Com este fim, os trabalhadores, rechaçando as atenções da sociedade capitalista, que só aspira a prolongar sua vigência enganando e comprometendo às massas populares, tem que organizar-se com plena independência para desenvolver os planos que conduzam a sua emancipação e à construção de uma sociedade para todos, o que não quer dizer que, em certos momentos, não aceitem determinadas ações conjuntas com outras camadas sociais para a consecução de objetivos coincidentes (COMISIONES OBRERAS, 1966, p. 2, tradução livre).

Os pontos seguintes abordam a questão das características que devem ser impressas numa forma de organização da classe e chamam os trabalhadores à luta, porque “nunca o capitalismo deu nada de presente aos trabalhadores” (COMISIONES OBRERAS, p. 3, tradução livre).

Por causa do papel histórico que desempenhou nas Comisiones Obreras, principalmente em seus períodos iniciais, Marcelino Camacho foi convocado para fazer a aula inaugural das atividades de formação político-sindical realizadas pela Secretaria de Formação Sindical das CCOO. Essa intervenção, que foi publicada na brochura intitulada “Princípios em que se baseia o movimento sindical e o novo estilo de CC.OO” (CAMACHO²⁵, s/d, tradução livre), transformou-se numa espécie de manifesto-programa que caracterizaria a identidade das Comisiones Obreras, tendo sido sua principal referência teórico-política.

Para tratar do caráter do novo sindicalismo e de seu papel na sociedade hodierna, o dirigente começa demarcando o conceito de classe operária, atualizando-o de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, e apresentando os elementos que produzem a força desta classe: a consciência de classe, a organização, a unidade, a herança

²⁵ Como já foi informado anteriormente o nome completo do autor é Marcelino Camacho Abad. Contudo, como é conhecido apenas como Marcelino Camacho, tomei a decisão de tomar como referência bibliográfica o sobrenome Camacho e não Abad. Isso se estende também para os outros dirigentes que serão citados ao longo deste texto.

histórica da luta de classe, a luta reivindicativa e de massas. A partir desses pressupostos, passa a tratar da questão sindical. Para ele,

há três tipos de sindicalismo na história de nosso país: há um sindicalismo de caráter reformista, há um sindicalismo de caráter esquerdista e há um sindicalismo de classe, democrático, objetivamente o único que poderíamos chamar revolucionário (CAMACHO, s/d, p. 9, tradução livre).

Depois de caracterizar os dois primeiros, apontando seu alcance e, principalmente, seus limites, o autor afirma que o sindicalismo de classe democrático, “o único objetivamente revolucionário”, é o que pratica as Comisiones Obreras. Diferentemente do sindicalismo esquerdista, caracterizado pela CGT, de perfil anarquista, o sindicalismo de classe democrático defende a luta reivindicativa do dia a dia, mas, ao mesmo tempo e diferentemente do sindicalismo reformista, identificado na UGT, de corte social-democrata, advoga que aquela luta não deve ser um fim em si mesmo, posto que o essencial é suprimir a exploração do homem pelo homem.

Nós utilizamos a luta reivindicativa, a melhoria salarial e das condições de vida de cada dia e de cada hora para conduzir toda a classe adiante e dar-lhe a consciência em primeiro lugar de que há que melhorar desde já as condições de vida, sem esperar que venha o socialismo. Em segundo lugar, fazendo que veja por sua própria experiência de que enquanto não acabemos com a exploração do homem pelo homem seus males não têm remédio, ou seja, à diferença de um e de outro, nós não superestimamos a luta reivindicativa nem a subestimamos, a colocamos na perspectiva, o que nos permite levar adiante toda a classe para que tome consciência de sua força e da necessidade de suprimir a exploração do homem pelo homem, única maneira de que a classe se libere, se emancipe (idem, p. 11, tradução livre).

Assentado nas posições tradicionais do movimento operário comunista, que busca articular a luta reivindicativa com a luta revolucio-

nária, Camacho advoga para as Comisiones Obreras um sindicalismo combativo, de cunho classista, anticapitalista e autônomo. Considerando que as CCOO são constituídas por militantes oriundos de vários partidos e correntes e que a imensa maioria deles é de trabalhadores sem partido, o líder defende como necessidade vital a unidade básica de classe dentro da central sindical, de forma que tal unidade tem de ser construída com base naqueles princípios.

Assim, para ele, as CCOO, definidas como um movimento sindical organizado, ou seja, como um sindicato de novo tipo, de caráter sociopolítico, de massas e de classe, democrático, independente e unitário, herda o melhor das experiências sindicais, mas, além disso, inova e cria, sobretudo por sua forma “assembleária”, que passa a ser uma das marcas distintivas das Comisiones.

Essa intervenção de Camacho expressa, de forma contundente, as características que marcaram as CCOO em seu primeiro grande período histórico, do início, quando era um movimento espontâneo, no final dos anos 1950, até a década de 1980, o que pode ser confirmado pela quase totalidade dos autores consultados.

Na conferência inaugural que fez na marcante e decisiva assembleia de Barcelona no dia 11 de julho de 1976, na qual se decidiu pela criação da Confederação Sindical de Comisiones Obreras e que significou o começo de sua 3ª etapa, Marcelino Camacho afirma:

Não podemos compreender o porquê das Comisiones Obreras senão vendo-as como a culminação de um processo histórico. Sem o heroísmo de velhos militantes operários e de suas novas ações, em que se jogavam a vida ou largos anos de prisão, não haveríamos chegado ao novo movimento operário sindical organizado das Comisiones. Dezenas de milhares de despedidos e encarcerados – além dos que perderam a vida nesse empenho – foi o tributo que pagou Comisiones Obreras; não se pode esquecer que mais de noventa e cinco por cento do total de processados por questões sindicais destes últimos quinze anos são membros das Comisiones Obreras. A classe operária fez seu caminho em condições extremamente duras e é precisamente nas virtu-

des e defeitos desse passado glorioso que se formou o fermento do novo sindicalismo operário organizado das Comisiones Obreras (CAMACHO, 2001, p. 15, tradução livre).

A legalização, que ocorreu no final dos anos 1970, significou o auge e a consolidação das CCOO, fruto da luta aguerrida e, em grande medida, heróica do sindicalismo combativo e de esquerda na Espanha. Mas, ao mesmo tempo, significou também o marco inicial de uma inflexão em sua trajetória política que resultaria em agudas alterações.

O processo de mudanças das CCOO

As características que imprimiram a marca registrada das CCOO em suas fases iniciais começam a sofrer profundas mudanças a partir dos anos 1980 e se tornam mais visíveis no período em que o secretário-geral foi Antonio Gutiérrez Vegara, mais conhecido apenas como Antonio Gutiérrez, eleito no IV Congresso em 1987, reeleito no V Congresso em 1991 e permanecendo no cargo até o ano 2000²⁶.

Antes de adentrar-me na discussão sobre as mudanças que se operaram nas CCOO, parece-me necessário fazer uma observação preliminar. Diferentemente das fases anteriores sobre as quais existe uma razoável cobertura bibliográfica, há uma escassa produção acadêmica acerca das CCOO que se debruçou sobre o período que compreende o final dos anos 1980 até a atualidade. Os textos clássicos e os mais importantes sobre CCOO, em geral, fazem suas análises até 1987 ou 1988. Além das consultas para levantamento bibliográfico em várias bibliotecas (universitárias e estatais de várias instâncias) e na internet, consultei também pesquisadores que investigam o tema e coordenadores e funcionários do Arquivo histórico das CCOO e do CERES. Eles reconheceram a quase inexistência de produção bibliográfica que abarca o referido período²⁷. Diante de tal situação, tive de

²⁶ Antonio Gutiérrez nasceu em 1951. Desde muito jovem participou no movimento sindical clandestino durante o franquismo e sofreu sua primeira detenção com 15 anos.

²⁷ Isso indica a necessidade de produção, sobretudo dos períodos mais recentes. Por perceber a importância dessa pesquisa, várias vezes fiquei tentado em converter esse

recorrer a textos esparsos, o que acarretou certa dificuldade no estudo daquele período. De todo modo, foi possível alinhar uma compreensão do processo de transformação pelo qual passaram as CCOO a partir dos anos 1980.

Clímaco, em sua tese de doutorado intitulada “Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada – el caso de CC.OO. y de CUT” (CLÍMACO, 1999) e também em seu artigo (CLÍMACO, 2002) já havia identificado um processo de mudanças nas CCOO. Fazendo uma análise comparada entre esta Central sindical espanhola e a CUT brasileira a autora busca demonstrar que, a despeito das diferenças, as duas nasceram sob o contexto de ditaduras e com o advento das respectivas transições democráticas elas transformaram-se de movimentos sociopolíticos em organizações institucionalizadas, perdendo seu caráter movimentista. Dessa forma, para ela, “nos anos 90, se comparados às duas décadas anteriores, assistimos a uma redução de participações massivas em ambas as centrais, ainda que os percursos que levaram a tal situação tenham sido distintos entre elas” (CLÍMACO, 2002, p. 12).

Não obstante, conforme veremos a seguir, parece que as mudanças ocorridas nas CCOO foram muito mais profundas e agudas do que aquelas apontadas por Clímaco.

Em 1993, o então secretário-geral de CCOO, Antonio Gutiérrez, lançou um livro (GUTIÉRREZ, 1993) no qual reuniu várias conferências que proferiu em diferentes ocasiões durante os primeiros anos da década de 1990. O conteúdo dessas conferências pode oferecer algumas pistas não apenas de sua compreensão do papel a ser desempenhado pelo sindicalismo diante das novas realidades – título do livro –, mas, principalmente, dos rumos que passarão a ser tomados pela Central Sindical dirigida por ele. Numa conferência pronunciada em janeiro de 1992, denominada “Reflexão ao final dos anos 80”, ele busca fazer, como indica o título, um breve balanço dos anos 1980, e começa afirmando que, por causa do “bombardeio informativo”, se considerou a “década na qual se demonstrou a prevalência, a excelên-

assunto em meu objeto de investigação, mas isso se mostrou inviável, já que me desviaria totalmente de meu projeto original.

cia, da economia de mercado sobre a economia planificada” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 13, tradução livre), de tal maneira que os fatos ocorridos nesse período parecem confirmar essa assimilação acrítica. Para ele, “os ventos que correm – liberais – parecem induzir à satisfação os inveterados defensores da sociedade civil – como expressão da liberdade – frente ao Estado – como expressão da coerção” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 13, tradução livre). O autor entende que, como o sindicalismo democrático sempre pertenceu à sociedade civil, aparentemente deveria engrossar as filas daqueles que se sentem satisfeitos, mas, pela experiência historicamente acumulada, “não podemos nos alegrar com os que identificam liberdade com mercado irrestrito” (idem, p. 14, tradução livre). O autor afirma que

o movimento sindical aprendeu, porque nasceu e cresceu com o capitalismo, que o Estado é uma peça chave no desenvolvimento e coesão das sociedades. Por isso não vê contradição, senão ao contrário, entre sociedade civil e Estado – intervenção estatal de parte da economia – sempre que o sistema seja democrático e a sociedade civil intervenha no Estado (GUTIÉRREZ, 1993, p. 13, tradução livre).

Seguindo com sua crítica ao velho e conservador pensamento liberal, argumenta que este não soube governar com êxito a economia na década de 1980 e não soube converter o ciclo expansivo em coesão econômica e social, como demonstram as desigualdades dentro e fora da Espanha.

A partir dessas reflexões o autor tira algumas conclusões para o trabalho sindical:

A necessidade de unir ainda mais o movimento sindical dentro e fora de todas as fronteiras. A necessidade de impulsionar a União Política Europeia, para que a política e a sociedade civil encabeçam e canalizem o mercado e a economia. A necessidade de impulsionar, já em nosso país, modificações na política econômica em direção à coesão social. Isto deve fazer-se não só no campo, já indiscutível, de intervenção estatal da redistribuição (fiscalização, proteção social)

senão no [campo] da distribuição, no mercado de trabalho, no emprego, que é onde agora se produz a maior agressão aos trabalhadores e à democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a autonomia e o desenvolvimento. Também é nesse terreno onde dia a dia se legitima e se renova o pensamento e o que fazer profundamente político do movimento sindical (GUTIÉRREZ, 1993, p. 14-15, tradução livre).

O conteúdo dessa conferência indica de forma condensada e sintética o desenho estratégico da ação sindical e, por suposto, das CCOO, proposto por seu secretário-geral, a partir da leitura que faz da realidade naquele determinado momento histórico.

Num claro confronto com os epígonos do pensamento liberal, que foi posteriormente denominado de neoliberal²⁸, que recusam a participação e intervenção do Estado, a não ser cinicamente, “para aliviar bancarrotas, intervir politicamente reprimindo reivindicações democráticas ou atuar (às vezes ‘manu militari’) atenuando no plano internacional competições que consideram exageradas” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 14, tradução livre), o secretário-geral das CCOO advoga que o Estado e a sociedade civil, imbricados e em parceria, devem encaminhar ações, sejam em âmbito estatal – política econômica –, sejam na esfera da sociedade civil – mercado de trabalho, emprego, etc. – que redundem não apenas numa democracia política, mas também numa “democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a autonomia e o desenvolvimento” –, o que criaria as condições necessárias para a concretização do objetivo fundamental: a coesão social. Como o sindicalismo pertence à sociedade civil, os sindicatos, em parceria com o Estado, também devem orientar sua estratégia para a mesma finalidade, a coesão social, o que significa dizer, no limite, que a luta deve ser no sentido de aperfeiçoar o capitalismo, buscando superar seus defeitos e limites²⁹. Desapare-

²⁸ O autor não usa este termo em seu artigo.

²⁹ Essas compreensões reaparecem em várias das conferências que compõem o mesmo livro. Vide, p. ex., as conferências “Os sindicatos no processo de renovação social” e “CCOO e a concertação” (VEGARA, 1993).

cem, nessa estratégia, a perspectiva anticapitalista e socialista, e, por essa razão, a luta de classes, bem como a compreensão do caráter classista do Estado, como sendo a expressão política do poder da classe capitalista sobre o conjunto da sociedade, que foram as características marcantes das CCOO nos períodos anteriores. No fundo, trata-se de uma estratégia reformista, nos moldes do projeto social-democrata³⁰.

Anos depois, em 2001, Antonio Gutierrez escreve um texto em que, reconhecendo os problemas e limites, faz um balanço positivo da atuação da Confederação Sindical durante a transição democrática, que se concentrou fundamentalmente, salvo algumas exceções, nos acordos que foram firmados entre os sindicatos, os empresários e o governo³¹. Confirmando suas posições e a correção dos rumos que as CCOO traçaram, em grande medida em aliança com a UGT, ele afirma:

globalmente, a contribuição dos sindicatos, de CC.OO. e de UGT, à Espanha dos últimos 25 anos tem sido tão valiosa que sem ela nenhuma outra poderia fazer o balanço de sua contribuição que hoje corresponde à construção de **nosso Estado Social** e de Direito, num país que pagou as contas com seu passado sem convulsões e que já forma parte do núcleo de países europeus que, avançando num projeto comum, com seus desequilíbrios e lacunas, constituem a mais clara **esperança num futuro de universalização dos direitos, da democracia e da equidade social**, num mundo incapaz todavia de colocar conhecimentos e riquezas a serviço de todos homens e mulheres que povoam a Terra³² (GUTIÉRREZ, 2001, p. 81-82, tradução livre, sem grifo no original).

³⁰ Depois de deixar a secretaria geral das CCOO, Antonio Gutiérrez, que foi militante do PCE até 1991, foi eleito deputado do PSOE (social-democrata) pela circunscrição de Madrid. Depois da vitória deste partido nas eleições de 2004, que conduziu ao governo o presidente José L. R. Zapatero, se especulou com a possibilidade de Gutiérrez ser nomeado ministro do Trabalho, o que acabou não ocorrendo.

³¹ Na mesma direção caminham as apreciações de Maravall (2001), que apresenta a contribuição das CCOO ao desenvolvimento das políticas de bem-estar social, e de Aragón (2001) que trata da ação sindical e desenvolvimento econômico.

³² A crise que eclodiu em 2008 e se aprofundou em 2009 parece desmentir cabalmente sua avaliação e seu prognóstico.

Tanto a análise da realidade como o desenho estratégico, e as ações táticas daí derivadas, apresentados por Gutiérrez foram retomados e aprofundados por seu sucessor José María Fidalgo Velilla, mais conhecido apenas como José María Fidalgo³³, que ficou na secretaria geral das CCOO por duas gestões, de 2000 a 2008. Num texto com o sugestivo título “Sindicato e sociedade” (FIDALGO, 2001), publicado logo depois de sua primeira gestão frente às CCOO, fala da necessidade de realização de reformas com o intuito de melhorar as condições de vida dos cidadãos, criticando aqueles que se opõem a elas. Para ele,

nossa economia tem dado um grande salto e mantém taxas de crescimento superiores à média das economias de nosso entorno e nossa sociedade – incluindo trabalhadores e empresários – tem dado provas de suficiente dinamismo e capacidade de transformar o país, isso sim, desde que o sistema político democrático lhes permitiu jogar livremente com suas atitudes e capacidades. Porque para otimizar capacidades há um ingrediente básico e inescusável: a liberdade.

Tem sido a **liberdade**, a **democracia formal**, e não outra, a semente do progresso em nosso país e em qualquer outro. Daí nasceu o direito do trabalho, a segurança social [prolongamento da capacidade de consumo para além da relação assalariada e segurança das pessoas] e a liberdade de associação sindical (FIDALGO, 2001, p. 21-2, tradução livre, sem grifo no original).

Ressaltando a importância da liberdade e da democracia, o autor afirma que “é nessas sociedades democráticas e abertas que os trabalhadores foram convertidos em **cidadãos**. Não só onde melhoraram suas condições de trabalho, senão onde se converteram em cidadãos” (FIDALGO, 2001, p. 22, tradução livre, sem grifo no original). Para ele, o movimento operário organizado joga um papel fundamental, na medida em que pressiona os Estados democráticos modernos pa-

³³ Médico especialista em cirurgia ortopédica e traumatológica, filiou-se nas CCOO em 1977. Em seu início como sindicalista, ocupou os cargos de secretário-geral da Federación Estatal de Sanidad das CCOO e de secretário confederal de política institucional.

ra conseguir promover a constitucionalização dos direitos sociais e, dessa forma, transformar os trabalhadores em cidadãos. Considerando que, nas sociedades abertas, há segmentos sociais com interesses diferentes e que o sindicalismo confederal tem o aval de legitimidade para representar os trabalhadores, o autor ressalta que os sindicatos “têm produzido não ‘operários melhor pagos’, senão **cidadãos** que não se sentem estigmatizados por ser assalariados e que não vêm em ‘sua classe’ um estamento rígido e fechado onde seus filhos prolongarão uma existência cinza e lamentável” (idem, *ibidem*, tradução livre, sem grifo no original), uma vez que a aspiração democrática contém uma aspiração à igualdade de todas as pessoas.

Depois de fazer uma explanação das mudanças que vêm ocorrendo em todos os setores, o autor afirma que “a maior segurança para os trabalhadores é sua **empregabilidade** que é uma mescla de qualificação, polivalência e adaptabilidade” (FIDALGO, 2001, p. 24, tradução livre, sem grifo no original) e em seguida pergunta: qual será, nesta etapa, o papel de seus sindicatos?

Diria que, em primeiro lugar, a resposta deve basear-se em descobrir nas mudanças não só riscos, senão oportunidades e vantagens. E, em segundo lugar, atuar autonomamente, reforçar nossa ação coletiva.

A globalização, temos dito, para ser um fator de progresso deve ser não só uma globalização das relações econômicas, senão dos direitos. Como filhos dessa globalização, hoje os trabalhadores dispõem de mais informação que nunca. Também, ainda que seja uma obviedade, de mais experiência (FIDALGO, 2001, p. 24, tradução livre)

Enfatizando as oportunidades e vantagens que podem ser trazidas pela globalização, Fidalgo faz as seguintes indagações:

Tão difícil nos resulta mover-nos fora da referência do velho Estado-nação, quando em nosso alvorecer os Estados-nação eram ainda uma criação com pouco percurso e conteúdo? Temos a tentação, os sindicatos dos países que se conside-

ram desenvolvidos, de responder só com resistência? Não vemos que a chamada globalização abre passo a uma era de expansão do assalariamento sem precedentes, em outras latitudes, e que a intercomunicação é um fator não só de conhecimento senão de proximidade? Não estão criados os instrumentos sindicais internacionais para poder ver todo o planeta com uma só olhada solidária e atuar coordenadamente? Não somos capazes de ver possíveis **sinergias ou conjunção de interesses para que a dignificação e qualificação do trabalho sejam indissolúveis entre uns e outros estados, empresas e nossas organizações?** (FIDALGO, 2001, p. 24-5, tradução livre, sem grifo no original).

Contudo, para arrancar tais oportunidades e vantagens da globalização, é preciso muito esforço de todos os segmentos sociais, inclusive do movimento sindical, que joga um papel central, já que, segundo ele, “o **trabalho, o capital humano**³⁴, é a principal riqueza do mundo desenvolvido” (FIDALGO, 2001, p. 25, tradução livre, sem grifo no original).

Se o movimento sindical como representante dessa riqueza e, ao mesmo tempo, da maioria social assalariada do planeta exerce bem sua função de representação de interesses será não só um poder fático quantitativo, senão qualitativo, um prescriptor social, num mundo onde a sociedade civil organizada por interesses será central no desenho do futuro (FIDALGO, 2001, p. 25, tradução livre).

De acordo com o autor, o “mundo das empresas” já tem exercido essa função de articulador da sociedade, tanto ou mais que os representantes políticos, e o movimento sindical, que já tem caminhado nesta mesma direção, está sendo chamado novamente a assumir esta responsabilidade. Para ele,

³⁴ Numa entrevista a El mundo de 14 de março de 2004, Antonio Gutiérrez, o secretário-geral anterior das CCOO manifesta a mesma compreensão de que os trabalhadores constituem o “capital humano”. (<http://www.elmundo.es/encuentros/invitados/2004/03/1015/>, acessado em 23/03/2009).

A assunção da própria responsabilidade como agente de representação de interesses e, mediante isso, como **estabilizador social** é retribuído pelas sociedades democráticas e abertas. O contrário é rechaçado e se busca a substituição do agente de representação. A retribuição positiva converte ao representante de interesses particulares em representante de interesses gerais. [...] **Este papel que hoje joga merecidamente** (e não sei se de todo conscientemente) **CC.OO.** é central para dirimir o futuro (FIDALGO, 2001, p. 26, tradução livre, sem grifo no original).

Essa mesma responsabilidade, que tem sido assumida pelo movimento sindical confederal – e, por isso, tem ganhado legitimidade no conjunto da sociedade –, o autor reclama a outras instâncias da sociedade civil. Dessa forma, “às associações patronais haverá que demandar-lhes com firmeza e constância que **liderem conosco um processo de assunção madura, como representantes do trabalho e do capital, para pilotar juntos as atuações ante os novos cenários em benefício de toda a sociedade**” (FIDALGO, 2001, p. 27, tradução livre, sem grifo no original).

Como é possível verificar no artigo, o então secretário-geral das CCOO faz uma espécie de apologia da globalização, propõe o fortalecimento das sociedades abertas, da democracia e dos direitos de cidadania, vale dizer, dos fundamentos da ordem capitalista e, para alcançar tais objetivos defende a associação entre capital e trabalho e o papel do sindicato como estabilizador social. Como se não bastasse, ainda propugna a compreensão de que o trabalho ou a classe trabalhadora constitui-se como **capital humano**.

Os dois dirigentes citados expressam, em sua singularidade, os rumos tomados pelas CCOO a partir do final dos anos 1980 até o presente momento. O Programa de ação aprovado no 8º. Congresso Confederal (2004) confirma claramente os postulados estratégicos apresentados pelos secretários gerais que dirigiram a central de 1987 a 2008.

Os eixos centrais propostos no programa são os seguintes:

- Aumentar a participação na empresa
- Ampliar a filiação

- Atuar com eficácia e transparência
- Potencializar a negociação coletiva
- Fomentar um tecido produtivo sustentável e de qualidade
- Abordar as novas realidades produtivas
- Exigir a responsabilidade social das empresas
- Trabalhar pela igualdade de tratamento no emprego
- Desenvolver a responsabilidade política dos poderes públicos consolidando e ampliando os sistemas públicos de proteção social
- Contribuir para reforçar o sindicalismo europeu e internacional

O próprio documento faz uma breve explanação dos significados e objetivos dos eixos centrais do plano de ação:

Os pontos 1, 4, 5, 6, 7 e 8 propõem trabalhar na empresa, melhorando a intervenção do sindicato diretamente com os trabalhadores, reforçando seu papel na negociação coletiva e o papel da negociação coletiva, abordando-o numa nova empresa, numa nova e complexa realidade produtiva, ante umas empresas para as quais é preciso exigir, já que vivem da sociedade, responsabilidade e resultados para a sociedade, e com uns trabalhadores onde existem desigualdades por razão de idade, procedência e gênero, e num sistema econômico onde qualidade de emprego e qualidade do tecido produtivo ou vão juntas e juntas crescem ou retrocedem juntas. Isto nos obriga a reclamar também novos direitos e instrumentos de intervenção e participação para o sindicato na empresa.

Os pontos 2, 3 e 10 comprometem ao desenvolvimento do sindicato dentro e fora do país e da empresa. Comprometem com a coesão interna e a organicidade na gestão dos recursos, à ampliação quantitativa da filiação e a sua melhora qualitativa e a reforçar e construir um sindicato internacional na era chamada da globalização.

O ponto 9 é nossa reivindicação e proposta de intervenção para consolidar o **Estado social**, a participação dos trabalhadores na vida econômica e social, a partir do conhecimento de que o Estado social não é autônomo da realidade

econômica (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 50-1, tradução livre, sem grifo no original).

Pode-se perceber, seja pelos pontos eleitos, seja pela própria explanação de seu conteúdo, que os eixos centrais expressam um plano de ação com absoluta consonância com a concepção estratégica defendida pelos dois secretários gerais apresentados anteriormente. Isso pode ser confirmado tanto pela leitura dos dez pontos, sobretudo os de número 5 e 9, como pelos textos do documento que antecedem e fazem a apresentação dos eixos centrais. O ponto número 5, p. ex., tem como finalidade “aumentar a qualidade e segurança do emprego, para fazer o **trabalho mais produtivo**, para que a inovação e a responsabilidade social estejam presentes nas empresas” (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 113, tradução livre, sem grifo no original).

Num texto, que compõe o conjunto de textos do plano de ação, intitulado sugestivamente de “A utilidade de CC.OO.”, depois de comentar os pontos do plano, aparecem indícios claros da concepção da Confederação Sindical a partir de seu entendimento de que a classe trabalhadora é capital humano.

Se afinamos bem, não só na definição do desafio que justifica cada ponto, senão na proposta de articulação dos instrumentos que temos para responder ao desafio, haveremos deixado estabelecido um programa de trabalho e um arsenal de ferramentas para realizá-lo. E seguiremos crescendo e sendo decisivos. Responderemos a nosso objetivo fundamental de representar os interesses dos trabalhadores, elevar seu nível de consciência e assim de organização, reivindicação e conquista. Isto agora, onde já muita gente, não só CC.OO., diz que a classe trabalhadora, o chamado “capital humano” é a riqueza e a primeira e última alavanca do projeto econômico e social, quando a função de representar e liderar a **classe operária**, o **capital humano**³⁵, se projeta com mais relevo

³⁵ Tal compreensão, do trabalhador como capital humano, vai aparecer também nos documentos referentes à formação sindical das CCOO, conforme veremos no próximo

como fundamento do futuro (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 52, tradução livre, sem grifo no original).

Na Introdução do documento, ao fazer um balanço da atuação das CCOO nos quatro anos anteriores ao plano de ação (2004) e apreciar a posição da Central sindical nos âmbitos da economia, da sociedade e do trabalho, os objetivos estratégicos são claramente expostos:

Esta posição nos distancia de qualquer reflexo corporativo ou defensivo, porque com nossa própria capacidade de análise e proposta expressos sem rodeios nos situamos no centro do debate econômico e social, de onde será difícil desalojar-nos se seguimos demonstrando que a defesa dos interesses dos trabalhadores passa pela defesa de **interesses gerais no campo da eficiência da economia e da coesão social** (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 10, tradução livre, sem grifo no original).

Por sua vez, o livro de Führer (1996), um dos raros – senão único – textos que faz um estudo sistemático e exaustivo do movimento sindical espanhol numa perspectiva crítica e cobrindo também o período da transição democrática, confirma as profundas mudanças que ocorreram em sua trajetória. Tomando como objeto privilegiado de sua investigação as duas principais centrais sindicais espanholas – CCOO e UGT –, o livro estampa o título de “**Os Sindicatos na Espanha**”, mas o subtítulo expressa clara e diretamente a principal tese que a autora busca, nele, defender: “da luta de classes a estratégias de cooperação”. Descartando o histórico do movimento sindical na Espanha, a autora afirma que

apesar da divisão dos sindicatos segundo suas tendências ideológicas, todos eles **perseguiram metas de superação do capitalismo**, o que se manifestava em sua ação. Dado

que no sistema político não estava prevista a participação sindical, os sindicatos combinaram sua luta cotidiana de melhoria das relações de trabalho com a superação do sistema político e econômico dentro de uma situação de confrontação e constantes conflitos de classe” (FÜHRER, 1996, p. 16, tradução livre, sem grifo no original).

Contudo, ela identifica uma espécie de divisor de águas na trajetória histórica do sindicalismo espanhol e o localiza a partir do momento em que os sindicatos são legalizados e passa a existir a liberdade sindical, durante o início da transição democrática, na segunda metade da década de 1970. Para a autora este fato tem uma importância central porque produziu a “necessidade de incorporar os sindicatos, cuja existência transcorria à margem da lei ou na ilegalidade, dentro da ordem social de uma democracia parlamentar que precisava de consolidação” (FÜHRER, 1996, p. 17, tradução livre), o que dependia, obviamente, da decisão dos próprios sindicatos. Para ela,

nesta extraordinária situação, os sindicatos reagiram em momentos decisivos de forma inusual. Quer dizer, já não convocavam ações com as quais pretenderam a desestabilização e a abolição do sistema político e autoritário recém superado, senão que buscavam, em sua estratégia, caminhos que contribuíssem eficazmente para a estabilização da jovem democracia. Sobretudo as duas forças sindicais mais destacadas, CC.OO. e UGT, tomaram a clarividente decisão de participar ativamente no processo de democratização do país. Esta decisão tem importância histórica. Como forças socialmente reconhecidas, os sindicatos mais importantes optaram – conscientes de sua responsabilidade frente aos trabalhadores assalariados³⁶ – pela negociação baseada na

³⁶ O conceito que aparece recorrentemente no livro é “trabajadores por cuenta ajena”, cuja tradução literal seria “trabalhadores por conta alheia”. Provavelmente este termo foi utilizado em diferenciação a trabalhadores por conta própria. Como, no Brasil, não se usa o conceito de “trabalhadores por conta alheia”, pareceu-me que a tradução mais adequada seria trabalhadores assalariados, o que equivale a trabalhadores vendedores da força de trabalho, ou seja, que trabalham para outros (correspondente ao sentido de “alheio”).

ideia da representação de interesses sindicais frente a empresários e Estado. Esta concepção encontra posteriormente acolhida no programa sindical (FÜHRER, 1996, p. 17, tradução livre).

A legalização dos sindicatos, portanto, marcou uma viragem na ação estratégica dos sindicatos, em direção àquilo que a autora chama de acordos neocorporativistas.

totalmente em contraposição à militância e confrontação até então praticada pelos sindicatos espanhóis no campo da regulação das relações de trabalho, se estabeleceu, depois de sua legalização, uma forma de acordos globais neocorporativistas mediante convênios-marco concertados entre Sindicatos, Confederação de Empresários e Governo, uma realidade até pouco antes impensável (FÜHRER, 1996, p. 17, tradução livre).

A autora esclarece que toma os conceitos de “acordos neocorporativistas”, “estruturas neocorporativistas” ou “neocorporativismo” no sentido supra citado, quer dizer, acordos entre Sindicatos, Empresários e Governo, justamente para poder explicar o caráter que assume o sindicalismo espanhol a partir de sua legalização. Para ela,

esta forma de concertação a nível de cúpula passou a formar parte da “política de concertação” ou “concertação social” na atual história espanhola. Nasceu “o modelo espanhol” para a transformação de uma sociedade que passa de um sistema autoritário a outro parlamentar democrático. A concertação no mais alto nível evoluiu conjuntamente com a consolidação da democracia, e inclusive hoje – no contexto de uma democracia estável –, todas as partes buscam – com mais ou menos ímpeto – a continuação deste afã. Os sindicatos também participam ativamente neste intento (FÜHRER, 1996, p. 16, tradução livre).

Depois de realizar a investigação, sua conclusão é enfática: “o movimento sindical espanhol se **orienta claramente em direção à refor-**

ma” (FÜHRER, 1996, p. 383, tradução livre, sem grifo no original). E complementa: “se em seu momento os sindicatos espanhóis figuravam entre os mais radicais da Europa Ocidental, com a desapareição do regime autoritário **abandonaram seu rumo de confrontação com o Capital e o Estado**” (FÜHRER, 1996, p. 383, tradução livre, sem grifo no original). Agora, sua estratégia passa a basear-se na negociação, sobretudo no âmbito central na política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”. Como desdobramento desta conclusão, ela extrai outra. Ao comparar a Espanha com as democracias representativas da Europa Ocidental ela demonstra que

os sindicatos espanhóis adaptaram suas estratégias às das organizações irmãs dos países da Europa Ocidental. Todas elas partem do **caminho da reforma e não da confrontação**, predominando o aspecto de um **Estado social** e sua ampliação **dentro do existente sistema capitalista**. No momento em que se produziu a transformação do país, os sindicatos **mutaram as estratégias radicais de superação do sistema, substituindo-as por estratégias reformistas de negociação**. Mediante a política de concertação, tomaram um caminho na regulação das relações de trabalho que em outros países da Europa Ocidental já tinha larga tradição (FÜHRER, 1996, p. 386, tradução livre, sem grifo no original).

O processo de profundas mudanças políticas que ocorreram na trajetória das CCOO foi o pano de fundo do surgimento do Setor Crítico, corrente formada em 1996 ainda durante a gestão de Gutiérrez, liderada por Agustín Moreno García³⁷ e que conta com o apoio do

³⁷ Agustín Moreno García foi processado em três ocasiões durante o franquismo por sua militância sindical e foi Secretario confederal de Ação Sindical das CCOO de 1976 a 1996. É militante do Partido Comunista de Espanha (PCE). Desde a retirada de Marcelino Camacho da Secretaria Geral em 1987 foi um dos postulados para sua sucessão junto a Antonio Gutiérrez e Julián Ariza. Ao final, Moreno se negou a aceitar o cargo – segundo revelaria depois Camacho –, que foi ocupado por Gutiérrez. Foi convidado por Antonio Gutiérrez a sair das CCOO para “facilitar a unidade no seio do sindicato”.

ex-secretário-geral Marcelino Camacho. Seus militantes, que se denominam frequentemente de *crítiCCOOs*, defendem um retorno aos postulados sindicais sociopolíticos e de classe, mais nitidamente vinculados aos partidos de esquerda, especialmente ao Partido Comunista da Espanha, frente à política atual do sindicato, que consideram excessivamente propensa ao diálogo social, além de duramente repressiva contra seus membros. Em várias ocasiões, os *crítiCCOOs* vêm questionando decisões mais ou menos polêmicas tomadas pela maioria confederal do sindicato por entenderem que se trata de uma direitização na linha de ação sindical em relação às originárias Comisiones Obreras, nas quais a tomada de decisões se produzia de maneira “assembleária”, de modo que, pela composição de sua militância, resultavam frequentemente próximas aos postulados centrais do PCE. Desse modo, o setor crítico vem se opondo, dentro do sindicato, às reformas laborais que, desde os anos 90 do século passado, os dirigentes das CCOO e da UGT têm assinado com os sucessivos governos do PSOE e do PP. Agustín Moreno, sua principal liderança, declarou sua discordância com o acordo conseguido na SEAT por Comisiones Obreras e UGT que previa a demissão de 660 trabalhadores, sendo que uma parte importante deles, que rejeitava tal acordo, se filiou à CGT. Também se mostrou contra a solução dada pelos negociadores ao conflito na SINTEL, em oposição à linha oficial defendida pelo sindicato.

Dois depoimentos informais que obtive são bastante sintomáticos e expressam claramente a feição atual das CCOO. O primeiro, de uma pessoa vinculada à própria Central Sindical, entende que as Comisiones Obreras se converteram em um sindicato de serviços. Mais contundente foi o depoimento de um metalúrgico aposentado da SEAT (empresa da VW), que militou na CNT (de corte anarquista) e depois nas CCOO: as Comisiones Obreras se tornaram as “hermanitas de caridad” (irmãszinhas de caridade)³⁸. Um fato que também ilustra a

³⁸ Na entrevista, já mencionada, de Antonio Gutiérrez concedida a El mundo de 14 de março de 2004, quando era deputado do PSOE e cotado para ser ministro do trabalho de Zapatero, o jornal fez-lhe a seguinte pergunta: Por que crê que existe um crescente sentimento de traição dos trabalhadores para com as CCOO e a UGT? Resposta de Gutiérrez: “Sinceramente não creio que exista tal sentimento” (<http://www.elmundo.es/encuentros/invitados/2004/03/1015/>, acessado em 23/03/2009, tradução livre).

inflexão política das CCOO é o que aconteceu com seu grande líder, Marcelino Camacho. Em 1987, quando Camacho foi substituído no cargo de secretário-geral por Gutiérrez, passou a ocupar o cargo honorário de Presidente. A partir do começo da década de 1990 Camacho manteve enfrentamentos com a direção encabeçada por Gutiérrez, que era favorável ao pacto social, o que culminou com sua demissão como Presidente em 1995, uma vez que estava em desacordo com o *giro à direita* das CCOO. No 6º Congresso, em 1996, o Setor Crítico propôs a candidatura de Camacho a Presidente, mas o setor majoritário oficialista votou contra, impedindo a vitória da proposta³⁹.

Com base nesta compreensão das principais características, da evolução histórica e das mudanças políticas das *Comisiones Obreras*, será possível fazer uma análise de seu trabalho de formação sindical, tarefa que será realizada no próximo capítulo.

³⁹ Também sintomático desse processo foi a agressão que sofreu o penúltimo secretário-geral José María Fidalgo nos atos de 1º de maio de 2003 quando estava subindo no palanque para pronunciar um discurso por um trabalhador despedido da Sintel, ficando levemente ferido.

A FORMAÇÃO SINDICAL DAS COMISIONES OBRERAS (CCOO)

Assim como ocorre com as principais organizações sindicais da Espanha, as Comisiones Obreras desenvolvem dois tipos de formação, que estão mais ou menos articulados: a formação ocupacional, destinada a um público mais geral e a formação sindical, dirigida a delegados sindicais e quadros militantes. Em razão dos objetivos que pretendo atingir neste estudo, ocupar-me-ei apenas da segunda, qual seja, a formação sindical.

Antes de prosseguir, porém, cabe uma informação que me parece pertinente. A produção acadêmica sobre a formação sindical na Espanha é praticamente inexistente¹, o que evidencia, por um lado, a importância desta pesquisa, mas que, por outro lado, significou um enorme esforço, por que tive de abrir caminho praticamente sozinho, sem outros textos sobre os quais me apoiar. O único texto a que tive acesso que trata desse assunto chama-se *La Formación Sindical en Europa* (BRIDGFORD & STIRLING, 2002) que é um compêndio de diversos artigos de autores de 15 países europeus que descrevem sobre a formação sindical de seus respectivos países e que tem um caráter mais informativo que analítico. A seção correspondente à Espanha coube a Federico G.-Fierro Botas, que apresentou a formação sindical de três sindicatos espanhóis (UGT, CCOO e ELA-STV²)³. Dessa forma, como este meu trabalho de investigação é quase pioneiro, é forçoso reconhecer seus limites.

¹ Obviamente, não refiro-me, aqui, à enorme quantidade de material produzido pelos sindicatos e centrais sindicais utilizado em suas atividades de formação sindical.

² Euskal Langileen Alkartasuna-Solidaridad de los Trabajadores Vascos.

³ Tive informação de um texto do mesmo autor (BOTAS, 1997), mas não consegui ter acesso a ele, nem em bibliotecas e nem em livrarias, inclusive de livros usados.

Neste capítulo, será apresentada, primeiramente, a forma como se organiza e se estrutura a formação sindical atualmente e depois será feita uma análise de seu caráter político e das mudanças que ocorreram na formação sindical nos diversos períodos históricos, desde seus primórdios até a contemporaneidade.

2.1 A ESCOLA SINDICAL CONFEDERAL JUAN MUÑIZ ZAPICO

O trabalho de formação sindical é desenvolvido nas várias instâncias que compõem a estrutura das Comisiones Obreras. Contudo, no que diz respeito à coordenação central das CCOO, as ações de formação sindical estão sob a responsabilidade de sua Secretaria de Formação sindical e são realizadas pela Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico, situada em Madri, no bairro Las Musas. Neste edifício, a Escola começou a funcionar em maio de 1991, e foi concebida como o instrumento da Confederação para a organização, a investigação, a planificação e a execução da formação sindical. Além de um espaço físico, a Escola confederal se converteu em um espaço organizativo e sindical que vem articulando o trabalho de todas as organizações neste terreno.

A Escola tem impulsionado as experiências formativas propostas pelo Plano Confederal desde o V Congresso até o presente. Sua tarefa tem se concentrado na formação de quadros e delegados, e também no impulso de projetos internacionais, programas de cooperação com organizações de diferentes estados e apoio à tarefa formativa da Confederação Europeia de Sindicatos.

Da atividade formativa deve ser destacado o trabalho realizado pela Escola no apoio à gestão dos diferentes planos intersetoriais, no desenvolvimento de uma metodologia própria da formação sindical, no impulso da formação de formadores e na elaboração de materiais formativos das áreas.

Para as CCOO, a aposta em um novo modelo de formação deve supor uma redefinição do papel da Escola, reforçando sua função de

coordenação de todo o sistema formativo, de ponto de encontro das organizações e de colaboração de todas as estruturas formativas.

Assim, a Escola Confederal deve assumir uma dupla função. Por um lado, garantir um espaço de cooperação confederal, a unidade do sistema, o currículo comum, a produção e homologação de materiais, a garantia metodológica e a referência coletiva na formação de formadores. De outro, a de ser uma ferramenta de aplicação das políticas confederais que nesta matéria sejam estabelecidas, executando os planos formativos que em cada momento sejam determinados pela direção confederal, para estabelecer acordos de colaboração com outras entidades educativas, para equilibrar as carências de algumas organizações com recursos e planos de administração confederal e para manter as relações oportunas com instituições e organizações internacionais.

A Escola é um instrumento para a coordenação da formação sindical que se desenvolve nas estruturas territoriais e federais. Para a Escola, na aplicação do novo modelo de formação sindical será positivo avançar no caminho de transformar essas estruturas de formação em uma rede que, com um alto grau de interdependência e atuando com critérios de coordenação e cooperação, permita apoiar o sistema sobre bases sólidas.

2.1.1 Objetivos da Escola

Os objetivos da Escola são os seguintes:

- Ser a ferramenta para a formação sindical da Confederação das CCOO;
- Impulsionar as propostas formativas do Plano confederal de formação sindical;
- Gestionar os projetos internacionais que sejam propostos;
- Colaborar na tarefa formativa da Confederação Europeia de Sindicatos;

- Desenvolver em cada momento a proposta metodológica;
- Elaborar os materiais que são utilizados nas ações formativas;
- Impulsionar a formação de formadores;
- Reforçar o papel de coordenação de todo o sistema formativo, de ponto de encontro das organizações e de colaboração de todas as estruturas formativas;
- Avançar no caminho de converter as estruturas de formação em uma rede, que com um alto grau de interdependência e atuando com critérios de coordenação e cooperação, permita apoiar o sistema.

2.1.2 Estrutura da Escola



2.1.3 O modelo de formação sindical

A página web na internet da Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico faz uma descrição do modelo de formação sindical, relacionando-o com a necessidade de investir na formação do capital humano.

Se o capital humano é o mais importante nas sociedades modernas, não o será menos nas organizações que estruturaram a sociedade. Portanto, os filiados das CCOO, mais de um milhão de pessoas, são seu melhor capital. Todo investimento para aumentar a capacitação desse capital humano será a mais propícia, a mais rentável, a que mais retroalimente a organização em sua função de transformação social. Nesse contexto, a formação ao longo de toda a vida deve guiar a atuação do sindicato nesta faceta. Assim, a formação sindical deve ser um direito para nossos filiados e para os representantes dos trabalhadores que concorrem nas candidaturas de CCOO, ao mesmo tempo em que tem de ser um direito e um dever de todas as pessoas que têm alguma responsabilidade na estrutura (http://www.ccoo.es/cscceo/menu.do?Areas:Formacion_sindical:Formacion_sindical_en_CCOO, tradução livre).

Para a Escola, o modelo confederal se caracteriza por ser:

- Um modelo de formação sindical que se propõe conseguir uma organização que trabalhe com eficácia e planejadamente. Tratar de antecipar a renovação e a mobilidade dos quadros sindicais. Possibilitar a maior qualificação no desempenho das responsabilidades sindicais. Transversalizar a formação em valores de tal maneira que esta tarefa seja ineludível e indelegável. Assentar uma forma de trabalho baseada na planificação, verificação e prestação de contas.
- Um sistema de formação sindical integral de representantes nas empresas e quadros dirigentes. Que esteja estruturado em itinerários formativos e níveis de competências, relacionados entre si, que permita a melhoria da qualificação junto com a ampliação do conjunto de pessoas capacitadas para a direção sindical. Um sistema que, considerando a diversidade sindical das organizações confederais, tenha um tronco comum que permita a homogeneidade com independência da organização que realiza a formação. Um sistema que, diferentemente de etapas passadas, aposte em um programa

formativo de oferta; ou seja, que, mesmo satisfazendo a demandas dos participantes, a planificação da formação seja estabelecida pela organização, passando de um catálogo de ações formativas a um sistema estruturado.

- Um modelo de formação sindical que assegure a estabilidade com independência das fontes de financiamento. Assim, as fontes de financiamento darão suporte ao sistema de formação sem condicioná-lo para além do razoável. Progressivamente a organização deve dotar com recursos próprios uma parte da formação sindical. Um sistema que, considerando a diversidade de fontes de financiamento, não suponha a coexistência de distintos modelos em função da procedência do financiamento, seja de organizações confederadas ou de secretarias de uma mesma organização.
- Um modelo de formação sindical coeso que permita a cooperação nas capacidades das organizações confederais através de um sistema estruturado. O investimento na melhoria do capital humano que se pretende produzirá benefícios multipolares e não só unidirecionais, pelo que se faz mais necessário que nunca o concurso das distintas organizações em todos os níveis.
- Um modelo de formação sindical certificável. Em coerência com a demanda de certificação da formação profissional, a formação sindical de delegados e sindicalistas tem de ser considerada como parte da formação permanente em sua qualidade de trabalhadores e trabalhadoras. A formação de quadros e dirigentes deve contar com uma certificação, se possível com caráter universitário, para, ganhando em motivação e interesse, oferecer uma formação mais rigorosa e de maior qualidade.
- Um modelo cooperativo. A ação sindical nesta matéria deve conjugar o papel da Confederação, das federações do Estado e das organizações territoriais sobre o pressuposto da imprescindível cooperação nas ações. A competição entre as organizações será

ineficaz no investimento que supõe a formação, se o que se pretende é formar sindicalistas e representantes qualificados. Pelo contrário, o aumento do conhecimento coletivo fortalece toda a estrutura sindical; portanto, a formação sindical como instrumento organizativo e de ação sindical só tem razão de ser se produz o reforço das organizações federais e territoriais, ou seja, de toda a estrutura confederal.

- Um modelo participativo e avaliável. A proposta metodológica tem de ser coerente com os princípios e valores que se pretende atingir com a formação. Todo o sistema será avaliável, desde a planificação até a verificação dos resultados.

2.2 A FORMAÇÃO SINDICAL DAS CCOO EM SEUS PRIMÓRDIOS

É muito difícil precisar quando se iniciaram as primeiras atividades de formação sindical dentro das CCOO, uma vez que estas nasceram e cresceram de forma clandestina sob forte regime ditatorial, o que, certamente, inviabilizou o registro de suas ações políticas. As primeiras atividades sistemáticas de formação de que se têm registro começaram na segunda metade da década de 1970, coincidindo com o período de legalização das CCOO que ocorreu em 1977, a partir da criação da Escola Central Juan Muñiz Zapico. Nessa época, o secretário de formação era Francisco Garcia Salve, mais conhecido como “Paco”, um sacerdote católico e membro do PCE que, além de exercer o cargo, ofereceu importantes contribuições para o trabalho de formação, como veremos adiante.

A atividade que inaugurou o trabalho de formação da Escola foi justamente a intervenção que fez Camacho, a grande liderança das CCOO, que posteriormente foi publicada na brochura intitulada “Princípios em que se baseia o movimento sindical e o novo estilo de CC.OO” (CAMACHO, s/d), que se converteu numa espécie de manifesto-programa que caracterizaria a identidade da Confederação Sindical, cujo conteúdo já foi apresentado anteriormente (vide item

1.2.4.). Como vimos, ele apresenta as características que marcaram as CCOO em seu primeiro grande período histórico, como um sindicato de novo tipo, de caráter sociopolítico, de massas e de classe, democrático, independente, unitário e “assembleário”, que busca articular a luta reivindicativa com a luta revolucionária, numa perspectiva anticapitalista. Sem dúvida, tais características também estarão presentes na formação sindical que começa a tomar corpo naquela época.

Na segunda metade dos anos 1970, a Secretaria de Formação, sob a coordenação de “Paco”, editou, primeiramente, seis cadernos que seriam utilizados como material de formação. O primeiro deles é referente à aula inaugural feita por Camacho citada anteriormente. O segundo leva o título de Princípios essenciais do sindicalismo, de autoria do próprio Secretário de formação, os outros dois são Princípios básicos de direito do trabalho I e II⁴, o quinto chama-se Ajuda prática ao assessor sindical, de Héctor Maravall e o último tem o título de Instrumentos para a análise econômico-financeira da empresa capitalista, de autoria de Norberto Sanfrutos.

Os temas apresentados pelo Secretário de formação em seu texto constituem as duas primeiras aulas dentro do programa de 1º. grau de formação sindical. Como o próprio nome indica, o caderno redigido por Salve (“Paco”), Princípios essenciais do sindicalismo (SALVE, s.d.), trilha o mesmo caminho aberto por Camacho. No início, ele esclarece que os princípios são apresentados em seus pontos nucleares e em esquema e as cinco lições que aparecem no texto “são breves e sintéticas e, por isso, requerem uma explicação e um maior aprofundamento na base do diálogo e discussão assembleária” (SALVE, s.d., p. 5, tradução livre). Contudo, adverte que ninguém deve “desvalorizar estes princípios que, apesar de parecerem simples, são a essência e a pedra de toque do autêntico sindicalismo” (SALVE, s.d., p. 5, tradução livre). Uma vez que esse caderno ocupa uma posição destacada, pois serve como fundamento primeiro da formação sindical, seu conteúdo merece também uma destacada apreciação.

A brochura apresenta cinco temas, ou lições, como chama o au-

⁴ Embora não tenha, nos cadernos, a identificação de autoria, ambos foram escritos por Héctor Maravall.

tor, para serem discutidos: 1. Bases da exploração; 2. Como e por que nos exploram?; 3. O estado; 4. Nossas reivindicações econômicas e sociais; e 5. Como fazer triunfar as reivindicações? Na primeira lição – bases da exploração – o autor destaca duas noções principais, quais sejam, a base econômica do capitalismo e a divisão em classes sociais. Aqui, discorre sobre a propriedade privada dos meios de produção, sua concentração e centralização, as relações sociais de produção e, a partir daí, define as duas classes sociais fundamentais – a classe capitalista e a classe operária –, de tal maneira que entre elas existem “capas” intermediárias, assalariadas e não assalariadas, as chamadas “classes médias”. Afirma, ainda, que entre o grande e o pequeno proprietários de meios de produção, é o primeiro que mais explora, e que a divisão da sociedade em classes é uma realidade objetiva, independentemente da consciência de classe, que não se adquire espontaneamente.

A segunda lição é dedicada ao tema da exploração. Nela, o autor, que começa sugerindo a leitura do livro de Marx *Trabalho assalariado e capital*, como forma de aprofundamento, discute a força de trabalho e como ela se converte, no capitalismo, em mercadoria que será vendida, de tal forma que a utilização dela resultará na exploração capitalista. Para explicitar o mecanismo da exploração capitalista, o texto inicia pela compreensão do salário como preço da força de trabalho que o capitalista paga para que o trabalhador possa satisfazer suas necessidades individuais e sociais e, assim, conservar e reproduzir sua força de trabalho. A mercadoria força de trabalho tem a faculdade de criar riquezas enormes, maiores do que o próprio salário, e, portanto, um excedente, que se denomina mais-valia. Dessa maneira, o operário trabalha algumas horas de sua jornada para produzir riqueza igual a seu salário e outras para criar riquezas para o capitalista, que passam a ser propriedade dele. Essa mais-valia, assim obtida, permanece nas mãos do capitalista e é a fonte de seus lucros. Como conclusão dessa lição, o autor assinala que:

As lutas são necessárias para *limitar* a exploração de que são vítimas os operários (esta é a tarefa cotidiana e permanente dos sindicatos), mas para *suprimir* a exploração mesma, é

necessário mudar as relações de produção (suprimir, em primeiro lugar, a propriedade privada, capitalista, dos meios de produção). Este é o objetivo registrado pelas CCOO em seu programa: “terminar com a exploração do homem pelo homem, construir o socialismo na democracia” (SALVE, s.d., p. 15, grifado no original, tradução livre).

O terceiro tema refere-se ao Estado. Baseado explicitamente no livro de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, o autor argumenta que na sociedade primitiva não havia estado, uma vez que era uma sociedade sem classes, e que o estado apareceu com a divisão da sociedade em classes antagônicas. Na sequência, apresenta as características, o conteúdo e as formas de estado e afirma que “o Estado é o instrumento de dominação da classe capitalista” (SALVE, s.d., p. 18). Para ele, “a classe capitalista, que é a *classe economicamente* dominante, se converte desta forma, graças ao Estado, na classe *politicamente* dominante. Graças ao Estado, pode manter, reforçar e ampliar sua dominação econômica e social” (SALVE, s.d., p. 19, grifado no original, tradução livre). Ao final, como ampliação dos conhecimentos sobre esse tema, o autor sugere que se discuta:

- a luta de classes não coloca os operários e os capitalistas unicamente no terreno econômico. Coloca-os também no terreno político. Portanto, *a luta de classes se situa simultaneamente no plano econômico e no plano político;*

- *os sindicatos não podem ser indiferentes* nem à natureza do Estado (a seu conteúdo de classe, a seu papel social), nem a suas formas (já que estas dão mais ou menos possibilidades de ação, mais ou menos liberdades de classe operárias e seus sindicatos de classe) (SALVE, s.d., p. 20, grifado no original, tradução livre).

Como seus títulos indicam, as duas últimas lições referem-se à questão das lutas reivindicativas. Nelas, o autor discorre sobre as razões da luta reivindicativa, as formas de organização, a necessidade de um programa reivindicativo, a força de uma reivindicação, os meios de ação e as táticas de luta.

Como se pode perceber, o conteúdo do texto tem um caráter marcadamente classista e, em sua totalidade, reflete claramente a relação entre a luta reivindicativa com a luta necessária para a superação do capitalismo e sua forma de exploração.

Os outros quatro cadernos que foram editados pela Secretaria de formação – Princípios básicos de direito do trabalho I e II, Ajuda prática ao assessor sindical e Instrumentos para a análise econômico-financeira da empresa capitalista – dão sequência e detalham o trabalho de formação para a luta reivindicativa nas principais áreas de atuação sindical.

Na verdade, o conjunto dos cadernos, com seus respectivos temas, expressa a necessidade da articulação da luta reivindicativa com a luta revolucionária, municiando os militantes com o instrumental teórico necessário.

A partir da edição desses cadernos, o trabalho de formação sindical foi, gradativamente, tomando corpo. No início da década de 1980 era oferecido um “curso nível básico” de formação sindical composto por 10 temas, correspondendo a cada um deles um caderno de formação com seu respectivo conteúdo. Os temas eram os seguintes:

Estrutura socioeconômica

- Ação sindical na empresa
- Negociação coletiva
- Recibo de salários
- Condições de trabalho e saúde
- Segurança social
- Legislação trabalhista
- Economia de empresa
- Desemprego e expedientes de crise
- O sindicalismo. Nosso sindicalismo.

Seguindo a mesma linha e a mesma lógica dos textos anteriores,

vários desses novos cadernos abordam temas que dizem respeito a questões específicas da luta reivindicativa e têm um perfil mais informativo do que analítico, como é o caso das brochuras 4, 5, 6, 7 e 8, sendo que alguns deles são uma reprodução alterada e ampliada dos materiais anteriores. Mesmo assim, não perdem de vista o caráter capitalista da produção na sociedade contemporânea. A brochura n. 8 – Economia de empresa –, p. ex., parte do pressuposto de que a verdadeira preocupação dos capitalistas é “ter o maior controle possível do processo de trabalho para adaptá-lo, assim, a seus objetivos: a acumulação do capital” (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980h, p. 3, tradução livre). O caderno n. 1 é, em grande medida, uma análise de conjuntura econômico-social da Europa e, em particular, da Espanha, do final dos anos 1970, baseada em alguns fundamentos estruturais, como, p. ex., a compreensão da crise como elemento inerente do sistema capitalista, cuja causa principal é a queda na taxa de lucro da economia capitalista.

Os outros cadernos apresentam, de forma mais clara e um pouco mais detalhada, o caráter político das CCOO e, portanto, o teor político que deveria caracterizar a formação dos militantes da Central sindical. O texto n. 3 afirma que a negociação coletiva – tema de sua apreciação – tem de ser analisada para além do ponto de vista puramente formal, ou seja, no bojo da luta de classes.

Na negociação coletiva incidem dois interesses antagônicos: os da classe patronal, que buscará nela uma forma ágil de racionalizar e institucionalizar para o maior tempo possível a organização capitalista do trabalho e o aumento dos ritmos de produtividade e de exploração, e os da classe trabalhadora interessada em usar a negociação coletiva como instrumento de resistência contra a exploração e melhoria das condições de vida, como uma ocasião de reforçar o grau de organização autônoma, unidade e solidariedade, e de conquistas de parcelas de liberdade e de poder dentro da empresa, **para ir minando o poder do capital no nosso caminho ao socialismo** (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980c, p. 3, sem grifo no original, tradução livre).

Desemprego e expedientes de crise é o tema tratado no caderno n. 9. Como o nome sugere, o texto faz uma análise do desemprego não como fenômeno natural, mas, diferentemente, como manifestação das tendências gerais do desenvolvimento capitalista, que gera um excesso de oferta de força de trabalho em relação à demanda, e cria um fundo excedente de população trabalhadora. A existência desse “exército de reserva” é

a melhor garantia para os detentores dos meios de produção de que a oferta vai ser sempre maior que a demanda que precisem, podendo assim frear reivindicações salariais e determinar com vantagens as condições de trabalho. O problema do desemprego é, pois, uma ameaça não só para os que ficam sem emprego, senão para qualquer trabalhador (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980i, p. 3, tradução livre).

Como existe uma relação entre o desemprego e as crises, o texto oferece, em seguida, uma explicação acerca das crises, como resultado da própria lógica de acumulação, uma vez que “o capitalismo não é um modo de produção ligado à satisfação de necessidades humanas, senão às expectativas de realizar com a produção um determinado lucro” (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980i, p. 8, tradução livre). Dessa forma, há uma tendência de queda da taxa de lucro, que é uma autêntica lei de ferro do capitalismo, cuja causa fundamental se ancora no fato de que

a massa de capital acumulado aumenta em proporção geométrica enquanto que a força de trabalho que pode empregar esse capital – e produzir mais-valia – o faz só em proporção aproximadamente aritmética. Desta maneira, constantemente se está criando um excesso de capitais que tende a rebaixar a cota de participação de cada capitalista isolado na repartição da massa global de mais-valia produzida pela classe trabalhadora. Isto equivale a uma queda permanente

da taxa de lucros do capital (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980i, p. 8, tradução livre).

Historicamente, o capitalismo busca se contrapor a essa tendência de queda da taxa de lucro graças a uma feroz luta de classes contra os trabalhadores de todo o mundo. A partir dessa compreensão, o texto tece uma análise dos processos históricos por meio dos quais o capitalismo, desde seus primórdios até o século XX, perseguiu aquele intento, e que se expressou na destruição de grandes massas de capital, aumentando sua concentração e centralização e gerando monopólios, nas investidas imperialistas por todo o planeta, no aumento do grau de exploração de toda a classe trabalhadora, especialmente na periferia, nas guerras, particularmente as duas guerras mundiais, e também no aumento do desemprego.

Tal explicação, baseada na contribuição marxiana a esse respeito, não deixa margem de dúvidas com relação aos limites e contradições do capitalismo, o que implica uma ação política no sentido de sua superação.

Por sua vez, a brochura n. 2 pretende analisar tudo que esteja relacionado à ação sindical na empresa, que é para as CCOO o ponto de partida, a base de toda ação sindical. Está dividido em duas partes. Na primeira, inicia apresentando um panorama dos diversos tipos de sindicalismo no plano mundial e destaca aqueles que buscam articular a ação sindical nas empresas e ramos com as mobilizações gerais da classe operária, ou seja, o sindicalismo de classe e anticapitalista, presente nos países do sul da Europa, reivindicado pelas CCOO. Ainda neste segmento, o texto aborda diversos sub-temas, de ordem organizativa, entre os quais: a seção sindical, os comitês e delegados e a assembleia. Coerentemente com a posição defendida anteriormente, a segunda parte é dedicada à discussão da relação entre a ação sindical e as mobilizações, e começa com uma análise do capitalismo e da luta de classes. “O antagonismo de interesses entre o empresário e o trabalhador é, como temos dito repetidamente, a base do sindicalismo operário, e este tem na mobilização das massas trabalhadoras

seu principal instrumento (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980b, p. 22, tradução livre).

O texto continua afirmando que

é difícil pensar, e a experiência o confirma, que os trabalhadores como coletivo, como classe social, possam obter melhorias do tipo que sejam (salariais, trabalhistas, sociais e políticas), sem articular formas de pressão sobre seus **antagonistas (o capital e seu estado)**. E isto é assim pelas características próprias do capitalismo, a saber: a) sua tendência natural a incrementar continuamente a exploração da força de trabalho operária como forma de assegurar seus lucros. Tendência que tem seu principal limite na luta e mobilização dos trabalhadores. b) o papel de subordinação que o trabalhador assalariado tem no seio das empresas frente ao capitalista, e que as leis consagram com base no “sacrosanto” **direito à propriedade privada dos bens de produção** (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980b, p. 22, sem grifo no original, tradução livre).

Contudo, como a luta sindical deve ocorrer cotidianamente e dentro desta forma social determinada, o texto advoga a necessidade de articulação entre a mobilização e a negociação.

Ainda que o objetivo, a longo prazo, das mobilizações sindicais é, desde a perspectiva do sindicalismo de classe, **mudar a sociedade e acabar com o poder do capital**, no imediato, na ação sindical diária, o objetivo é ir melhorando as condições de trabalho, os salários e as condições sociais e políticas dos trabalhadores sobre a base do compromisso e do acordo com a parte antagônica (os empresários) (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980b, p. 23, sem grifo no original, tradução livre).

Com base nesse pressuposto, o texto avança discorrendo sobre as

características gerais e as táticas de mobilizações, as várias formas de greves, os piquetes e outras formas de mobilização.

Por fim, o caderno n. 10 – com o título *O sindicalismo. Nosso sindicalismo* –, tem como objetivo principal caracterizar as CCOO como um novo tipo de sindicalismo. Para atingir tal propósito começa com uma análise do sistema capitalista, sobretudo da exploração por intermédio da produção da mais-valia pelos trabalhadores, base do lucro do capitalista, e da tendência de diminuição relativa e absoluta dos salários, com vistas a aumentar o máximo possível a mais-valia. Os sindicatos, que se originam dentro do capitalismo, buscam justamente frear essas tendências do capital, na medida em que são capazes de organizar e aglutinar os trabalhadores.

Com esse pressuposto, o texto segue fazendo uma explanação histórica do capitalismo e a consequente situação de degradação da classe trabalhadora que ele gerou, e, como resposta, as primeiras formas de luta e os primeiros movimentos e formas de organização da classe trabalhadora, com destaque para os sindicatos. Discorre, também, sobre as Organizações Internacionais dos trabalhadores (AIT), as chamadas I e II Internacionais, sublinhando, inclusive, o papel nelas desempenhado por Marx e Engels. Em seguida, trata do período que abarca o século XX, localizando as diversas correntes políticas do movimento sindical, oferecendo uma configuração dos sindicatos nos principais países da Europa (Inglaterra, Alemanha, França e Itália), e apresentando uma caracterização dos diversos tipos de sindicalismo: sindicalismo amarelo e corporativo, sindicalismo reformista, sindicalismo tradicional e sindicalismo de novo tipo. A partir daí, o caderno passa a fazer uma apreciação das *Comisiones Obreras*, e reproduz, de maneira ampliada, as mesmas ideias que já foram apresentadas anteriormente (vide item 1.2.4.1 do capítulo anterior). Reivindica para as CCOO um sindicalismo de novo tipo, com sua caracterização, e discorre sobre a história das CCOO e suas três etapas (vide item 1.2.1 do capítulo anterior).

Além da Secretaria Confederal [nacional] de formação, que editou os cadernos supra citados, também Secretarias de formação sindical de algumas federações produziram material de formação, como é

o caso das Comisiones Obreras de Cataluña (Comissions Obreres de Catalunya, em catalão), cuja sigla é CONC. Provavelmente na primeira metade dos anos 1980⁵, a Escola de formação sindical da CONC editou um grande caderno de formação, com o título Temas básicos, contendo 9 temas:

1. Sociedade, capitalismo e crise hoje
2. O sindicalismo
3. A ação sindical
4. Instrumentos da ação sindical no centro de trabalho
5. O salário
6. Tema a ser editado em folheto à parte⁶
7. Contratação laboral e regime disciplinar
8. A segurança social
9. Desemprego, emprego e expedientes de crise.

Se se faz uma comparação desses títulos com aqueles dos cadernos da Secretaria Confederal, é possível constatar grandes semelhanças. De fato, os temas, a abordagem e os conteúdos são bem parecidos e, ao estudar ambos materiais, não encontrei discrepâncias quanto à concepção teórico-política que os embasa. Contudo, eles não são idênticos e, por isso, parece-me necessário fazer, pelo menos, alguns comentários sobre esse último caderno. O tema n. 1, diferentemente de seu similar, o caderno n. 1, começa com o subtema crise e sociedade capitalista, cuja apreciação é baseada nos conceitos de mais-valia e taxa de lucro. O tema n. 5, também distintamente do caderno n. 4 da Confederação, toma como ponto de partida para a análise do salário o conceito de mais-valia e o desenvolve pela explicação da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. Explica que o salário é o preço da

⁵ Não há registro da data de edição.

⁶ Não consegui ter acesso a esse folheto e também saber o título ou conteúdo correspondente a esse tema. Provavelmente seria Negociação coletiva, visto que tal tema está muito presente em todos os materiais de formação e não está na relação de temas desse caderno.

mercadoria força de trabalho, que, por sua vez, produz a mais-valia, concretizando a exploração sobre o trabalhador e que tudo isso se baseia na propriedade privada dos meios de produção. Por conseguinte,

quando os meios de produção não estiverem em mãos privadas, senão em mãos de todos, na sociedade socialista, não existirá apropriação privada da mais-valia e os trabalhadores e trabalhadoras receberemos o salário correspondente a nosso trabalho, a exceção de uma pequena parte de nossa retribuição que passará a cobrir as necessidades de manter os serviços públicos comuns (escolas, hospitais, assistência social, previsão social) que deveremos pagar entre todos, mas que desfrutaremos também todos (Comissions Obreres de Catalunya/Escuela de formación sindical de la CONC, s.d, p. 36).

A mesma federação das Comisiones Obreras de Cataluña, por intermédio de sua Secretaria de formação sindical, editou, provavelmente no mesmo período⁷, vários cadernos com o título comum de Materiais de formação sindical, com os seguintes temas:

- Folhas de salário
- Segurança social
- Convênios coletivos
- O conflito
- Expedientes de crise
- O contrato de trabalho
- O regime disciplinar.

Tais brochuras não apresentam distinções em relação à produção anterior e, por isso, não demandam uma avaliação específica.

Em 1988 a Secretaria de formação sindical das Comisiones Obreras de Cataluña (CONC) publicou oito cadernos com o título geral Material para a formação sindical de delegados, com os seguintes títulos:

⁷ Também não há registro da data de edição.

- Tema n. 1 – Competências, garantias e direitos dos comitês e delegados de pessoal
- Tema n. 2 – A negociação coletiva
- Tema n. 3 – A folha de salário e seus conceitos
- Tema n. 4 – A importância da redução da jornada de trabalho
- Tema n. 5 – As economias capitalistas na atualidade
- Tema n. 6 – A greve, sua regulação e sua utilização
- Tema n. 7 – A contratação
- Tema n. 8 – Organização do trabalho.

A leitura de tais cadernos também demonstrou que não houve grandes alterações com relação ao conteúdo e ao teor político.

Também em 1988, a mesma Secretaria de formação sindical das Comisiones Obreras de Cataluña (CONC) produziu dois documentos: Informe de formação sindical, e Balanço da Secretaria de formação sindical sobre as tarefas realizadas no ano de 1988. O primeiro procura situar as perspectivas da formação sindical no conjunto da estrutura do sindicato e apresenta uma proposta de organização dos cursos em três níveis: 1. nível básico para delegados; 2. nível para a estrutura de base e intermédia e quadros de empresa e seções sindicais; e 3. nível de quadros e resto da estrutura.

Com relação ao nível 1, para os delegados, o documento propõe os temas:

- O sindicato e seu papel
- O convênio
- A seção sindical e o Comitê de Empresa
- O Estatuto dos trabalhadores
- Modelos sindicais e correntes sindicais hoje
- A folha de salário
- Modelo organizativo das CC.OO.

- A luta de classes hoje
- A negociação coletiva
- A ação sindical e a greve
- As horas extras e nossas alternativas
- O regulamento
- A saúde laboral e a organização do trabalho
- A crise capitalista
- A segurança social.

Para os níveis 2 e 3, ou seja, para a formação de quadros, o documento sugere como temas:

- Crise capitalista
- A contratação
- A luta de classes hoje
- Métodos e formas de direção
- O trabalho sociopolítico do Sindicato
- Os monopólios e as multinacionais
- As correntes sindicais hoje na Espanha
- A mais-valia
- Os serviços do sindicato
- A solidariedade internacional
- A segurança social
- Saúde laboral e a organização do trabalho
- História das CC.OO.
- A ação sindical na empresa
- Análise do Setor
- Negociação coletiva (convênio, marco legislativo)
- A economia submergida
- Expedientes de crise e a reconversão

- As horas extras, o desemprego e nossas alternativas
- As cooperativas
- Regime de pensões e aposentadorias
- História do movimento operário internacional.

O segundo documento faz um balanço das atividades de formação que de fato ocorreram em 1988 e projeta atividades para o ano seguinte. Para a formação de delegados, propõe os oito temas correspondentes aos cadernos que foram editados em 1988, já apresentados anteriormente, e para a formação de quadros sugere 14 temas, divididos em 4 blocos:

Bloco I – Economia e sociedade

1. Da crise à reestruturação capitalista
2. A economia espanhola
3. A incidência da Europa: CEE
4. A estrutura de classes nos países capitalistas avançados
5. Mudanças no trabalho e classe operária
6. Inovação tecnológica e emprego

Bloco II – Movimento operário e sindicalismo

7. Movimento operário e sindicalismo na Europa
8. Projeção internacional do sindicalismo

Bloco III – Mudanças na organização do trabalho

9. A atual “crise” sindical e as perspectivas que se abrem
10. As mudanças na direção da empresa
11. Inovação tecnológica e mudanças na organização do trabalho
12. Novas estratégias empresariais de organização do trabalho – círculos de qualidade – recursos humanos

Bloco IV

13. Métodos e formas de direção
14. Oratória

A apreciação de todo esse material de formação não deixa dúvidas a respeito de seu caráter político. O conteúdo de vários cadernos, sobretudo aqueles iniciais, tem um claro perfil anticapitalista e classista, uma vez que faz uma crítica contundente aos fundamentos do sistema capitalista – a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia em suas duas formas, absoluta e relativa, o processo de exploração capitalista, o desemprego e as crises como manifestações das contradições da acumulação capitalista, o Estado como a forma de poder por excelência da classe capitalista, a luta antagonica entre as classes sociais fundamentais, etc. –, e aponta claramente a necessidade de sua superação. Por isso, faz também uma explanação histórica acerca das formas de luta que a classe trabalhadora engendrou para combater sua antagonista e seu sistema de produção e exploração, destacando, obviamente, a luta sindical, que, numa perspectiva classista, deve buscar a articulação entre as lutas imediatas, reivindicativas, com a luta revolucionária, que tem como objetivo a superação do capitalismo, em direção ao socialismo. Por sua vez, os temas eleitos para a formação sindical guardam uma coerência com a necessidade de articulação dessas duas formas de luta.

2.3 AS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO SINDICAL E SEU CARÁTER NA ATUALIDADE

O documento *Proposta para um plano de formação* produzido pela Secretaria Confederal de Formação e Cultura das CCOO, provavelmente em 1990, traz como objetivo principal a necessidade de sentar as bases de um autêntico plano de formação confederal, de que, segundo o texto, tem carecido a Central sindical⁸. Para tanto, o documento propõe a constituição de um plano orgânico com programas estruturados, progressivos e sequenciais, em três fases – iniciação e consolidação, aprofundamento e atividades opcionais e de especialização – para a formação de delegados, de quadros e de formadores. Para a formação de delegados, o texto propõe um programa estrutural

⁸ O texto escrito por Bulla (s.d.), provavelmente em meados de 1990, faz a mesma avaliação.

e direto com quatro anos de duração, dividido em três áreas abrangendo um grande leque de temas. O programa formativo dirigido aos quadros também tem a duração de quatro anos, e está dividido em duas fases – formação sindical básica e formação sindical ampliada ou especializada –, com temas verticais e transversais. O programa de formação para formadores é um subprograma do de quadros e tem a mesma estruturação daquele.

Mesmo que o documento não desça aos detalhes, uma apreciação geral dos temas propostos nos três programas demonstra que não há grandes diferenças em relação aos temas com os quais a Central sindical já estava trabalhando, uma vez que a principal preocupação, agora, era a tentativa de construção de um plano orgânico e estruturado de formação sindical. Contudo, é possível observar a existência de novos temas que não apareciam anteriormente, como, p. ex., o Estado do bem estar social, a participação e a democracia. Nota-se, também, que nos cursos de economia básica e economia política não aparece a necessidade de análise dos fundamentos do sistema capitalista.

Não obstante, as mudanças mais significativas na formação sindical aparecem nos anos que se seguem. Em meados da década de 1990, a Secretaria Confederal de Formação Sindical das CCOO, por meio da Escola Sindical Confederal Juan Muñoz Zapico, publicou vários cadernos sob o título geral de *O livro do delegado/a sindical*, que foram reeditados, revisados ou não, nos anos subsequentes – muitos deles até a atualidade – e que serviriam de material para os cursos de formação para delegados, com os seguintes temas:

- O delegado de Comisiones Obreras
- A negociação coletiva
- A contratação
- O salário e demonstrativo de pagamento (nomina)
- O marco legal das relações laborais.
- Técnicas de negociação
- Mercado e organização do trabalho. As condições de emprego

e as condições de trabalho

- A proteção social
- Análise contábil de uma empresa
- A saúde laboral
- Trabalho e meio ambiente⁹.

Como se pode claramente observar nesta seleção, quando se compara com os cadernos da década anterior, os temas referentes à análise do sistema capitalista e sua caracterização praticamente desaparecem. Contudo, antes de extrair qualquer conclusão apressada, faz-se necessário avaliar com mais cuidado este material. A maioria dos cadernos trata de temas conjunturais, muitas vezes com uma abordagem *técnica*, que dizem respeito à luta reivindicativa. Mesmo a brochura *A contratação*, um tema deveras relevante, faz uma abordagem apenas legal sobre o assunto, sem entrar nas discussões a respeito do significado do contrato de trabalho no interior do capitalismo¹⁰. Mais sintomático ainda é o caso do caderno *O salário e demonstrativo de pagamento*. O item n. 1 apresenta uma definição bastante concisa e simplificadora do salário em uma economia de mercado:

O modo de produção em uma economia de mercado se caracteriza pela existência de duas classes sociais: os empresários e os trabalhadores. Os primeiros aportam os meios de produção (instalações, maquinaria...) e os segundos oferecem sua força de trabalho. O empresário, em troca dessa força de trabalho, paga ao trabalhador um salário que servirá para manter-se e atender a suas necessidades. Agora bem, com o salário se paga só uma parte do valor criado no

⁹ Esses mesmos cadernos foram editados, às vezes com alterações, pela Escola de formação sindical das Comisiones Obreras da Catalunha. Esta mesma Escola também editou alguns outros cadernos com temas específicos.

¹⁰ O mesmo teor pode ser encontrado no volumoso caderno – de 368 páginas – intitulado *Curso de formación de delegados*, escrito por López (s.d.), e editado pela Secretaria Confederal de Formação e Cultura das CCOO, provavelmente em 1995, para ser usado como material complementar dentro do Plano Confederal de Formação Sindical.

processo produtivo. O resto (mais-valia) não passa à disposição dos trabalhadores, senão que fica com o empresário para utilizá-lo como melhor lhe convenha (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/ESCUELA SINDICAL CONFEDERAL JUAN MUÑIZ ZAPICO, 2004, p. 15, tradução livre).

Isso é tudo. Sobre a definição de salário, o texto começa e termina aqui. De modo totalmente diferente dos cadernos anteriores que trataram do mesmo assunto, aqui não se explica a origem da mais-valia – que aparece apenas entre parênteses – como valor produzido pelo trabalhador – o texto afirma que foi criado no processo produtivo –, materializando, assim, a relação de exploração – não se toca neste assunto –, e não se explicita que, como consequência, as duas classes sociais travam uma luta de interesses antagônicos.

Dentre todos os cadernos, o único que busca discutir questões de fundo, e, por isso, é o mais volumoso deles, é o denominado *Mercado e organização do trabalho – As condições de emprego e as condições de trabalho* (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/ESCUELA SINDICAL CONFEDERAL JUAN MUÑIZ ZAPICO, 1998). Seu principal objetivo é o de situar o trabalho assalariado no marco de todas as atividades que se desenvolvem na sociedade e como relação de trabalho característica do modo de produção capitalista, bem como apresentar a compreensão dos conceitos de condições de emprego e condições de trabalho. Para atingir tais propósitos se divide em três grandes módulos: Trabalho e emprego; Mercado de trabalho e condições de emprego; e Organização do trabalho e condições de trabalho.

O primeiro módulo começa com uma breve exposição das distintas imagens que foram sendo construídas sobre o trabalho ao largo da história ocidental e, a partir daí, situa o surgimento do trabalho assalariado, característico do desenvolvimento industrial capitalista, de acordo com a compreensão proposta pela economia política clássica. Em seguida, valendo-se de uma citação de Marx, aborda o controle que o empresário exerce sobre o processo de trabalho e termina discutindo como as condições de emprego e trabalho são determinadas pelo trabalho assalariado.

O segundo módulo analisa, primeiramente, as várias perspectivas conceituais de mercado de trabalho e, na sequência, descreve, em seu contexto histórico, as transformações nas condições de emprego, com o objetivo de entender a importância que tem essa dimensão na análise das condições de trabalho.

O terceiro módulo está dividido em três sub-módulos. O primeiro trata das bases da organização social do trabalho – a divisão sexual do trabalho, a divisão internacional do trabalho e a divisão técnica do trabalho –, o segundo abarca as formas de organização do trabalho – taylorismo/fordismo e pós-fordismo – e, por fim, as condições de trabalho.

Uma apreciação do caderno mostra que os temas, tão importantes, são apresentados por meio de várias concepções teórico-políticas formando uma espécie de mosaico, causando algumas confusões e muitos problemas conceituais, principalmente nos módulos 1 e 2. Existe apenas uma menção à propriedade privada e duas à exploração, mas isso não é devidamente explicado e fica diluído naquele mosaico. Além disso, a explanação dos temas foi feita sob o prisma apenas do processo de trabalho, especialmente no módulo 3, de tal maneira que não foram considerados sob a lógica do processo de produção capitalista e suas contradições. Portanto, há uma notável diferença na abordagem de temas iguais ou similares entre este caderno e os da década anterior. Distintamente daqueles, aqui não se desenvolve uma explicação da mais-valia, do processo de exploração, da luta antagônica entre as classes sociais fundamentais e, muito menos, se aponta a necessidade de superação do modo capitalista de produção.

Como vimos anteriormente, o caderno acima citado serve para a formação de **delegados** sindicais. Não obstante, essas mesmas características podem ser encontradas no caderno de formação do **formador** sindical, que trata de assunto praticamente igual ao anterior, intitulado *Las condiciones de trabajo: El mercado de trabajo y la organización del trabajo* (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/ESCUELA SINDICAL CONFEDERAL JUAN MUÑIZ ZAPICO, 1995), o que indica que aquela deveria ser a orientação teórico-política da formação sindical.

O diretor da Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico, na entrevista concedida, afirmou que, nos últimos períodos, o curso de negociação coletiva se tornou o eixo central de todo o programa de formação sindical. Uma vez que ele ocupa tal posto fundamental, faz-se mister analisar seu conteúdo, presente em duas brochuras: *Técnicas de negociação* e *A negociação coletiva*. O primeiro, que foi editado originalmente em 1998 e recebeu, entre outras, uma edição revisada em 2007, tem como objetivo destacar a importância da negociação no trabalho sindical e na sociedade em geral, e, para tanto, oferece um ferramental necessário para a realização da negociação. Antes, porém, de apresentar os conceitos e as técnicas de negociação, o caderno se detém na discussão da situação que origina aqueles procedimentos, vale dizer, o conflito. Explica que o conflito é a situação na qual estão em jogo interesses diferentes e que não tem por que ser violenta. E continua:

Existem vários tipos de conflito, porém o que nos interessa neste curso parte da percepção de desigualdades que não mantém a equidade social. Esta percepção gera frustração, e esta, por sua vez, agressividade. Ambas deveriam poder canalizar-se através do êxito na negociação. Alguns vêem o conflito como uma disfunção social ou um fracasso (organismo enfermo); outros como fundamental e inerente ao processo social. Desde este último ponto de vista, a dinâmica social é (...) geradora das mudanças sociais. O conflito é, às vezes, a única possibilidade que têm os adversários de provar suas forças. É, por outra parte, fator de renovação e de mudança social que pode evitar o empobrecimento da criatividade, o enfrentamento de valores, dos interesses, das normas, a luta pelo poder e favorecer a igualdade de oportunidades; todos eles como fatores de vitalidade social (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/ESCUELA SINDICAL CONFEDERAL JUAN MUÑIZ ZAPICO, 2005, p. 15, tradução livre).

Como tentativa de solução para o conflito, propõe justamente a negociação.

A negociação é o veículo que nos permite chegar, se é possível, a um resultado final satisfatório para todas as partes (...). Negociar é a atividade mediante a qual ambas partes tratam de satisfazer suas necessidades, melhorando ou mantendo a própria posição e sistema de valores, dando lugar a um novo valor (...). Uma negociação tem êxito quando ambas partes sentem que suas respectivas necessidades foram satisfeitas suficientemente (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/ESCUELA SINDICAL CONFEDERAL JUAN MUÑIZ ZAPICO, 2005, p. 16-17, tradução livre).

O segundo caderno segue a mesma linha de compreensão e oferece um conjunto de informações, inclusive legais, e um histórico sobre a questão da negociação coletiva.

Evidenciando a importância que este tema passou a ter, a mesma escola confederal editou um novo caderno sobre esse assunto, em 2008, intitulado *Negociação coletiva – curso básico*, muito mais volumoso e mais completo, uma vez que incorpora o conteúdo presente no anterior, mas agrega vários outros temas que foram tratados em cadernos específicos. Dessa forma, a brochura foi estruturada em cinco unidades didáticas: 1. O sindicato CC.OO., 2. A representação sindical, 3. A negociação coletiva, 4. A contratação, e 5. A saúde laboral. O conteúdo da unidade 3, que aborda a negociação coletiva é idêntico ao do caderno anterior e, portanto, tem o mesmo teor político.

As diferenças de tratamento do mesmo assunto – negociação coletiva – são bastante acentuadas quando se comparam esses cadernos recentes com aqueles da década de 1980. Um dos cadernos editados naquela época afirmava que a negociação coletiva tinha de ser analisada no contexto da luta de classes. Apenas para lembrar, parece necessário reproduzir aqui uma citação já feita anteriormente.

Na negociação coletiva incidem dois interesses antagônicos: os da classe patronal, que buscará nela uma forma ágil de racionalizar e institucionalizar para o maior tempo possível a organização capitalista do trabalho e o aumento dos ritmos

de produtividade e de exploração, e os da classe trabalhadora interessada em usar a negociação coletiva como instrumento de resistência contra a exploração e melhoria das condições de vida, como uma ocasião de reforçar o grau de organização autônoma, unidade e solidariedade, e de conquistas de parcelas de liberdade e de poder dentro da empresa, **para ir minando o poder do capital no nosso caminho ao socialismo** (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980c, p. 3, sem grifo no original, tradução livre).

No caderno editado em 2008 nada disso aparece. Aqui, a negociação coletiva não ocorre entre duas classes que têm interesses antagônicos; de um lado, a classe patronal que buscará com a negociação o aumento dos ritmos de produtividade e de exploração e, de outro, a classe trabalhadora que, com ela, pretende conseguir avanços em suas condições de trabalho e de vida e, no limite, a superação do capitalismo em direção ao socialismo. O caderno recente substitui a luta de classes, a perspectiva anticapitalista e a compreensão da exploração, pela ideia do conflito e de sua resolução, por intermédio da negociação, de tal maneira que ambas as partes sintam que suas respectivas necessidades foram satisfeitas suficientemente, superando, assim, as desigualdades para manter a equidade social.

Nota-se, também, uma diferença de tratamento com respeito à caracterização das próprias Comisiones Obreras. O caderno produzido no início dos anos 1980, intitulado *O sindicalismo – Nosso sindicalismo*, começa com uma análise do sistema capitalista, sobretudo da exploração por meio da produção da mais-valia pelos trabalhadores, base do lucro do capitalista, e da tendência de diminuição dos salários, com vistas a aumentar o máximo possível a mais-valia. Por isso, os sindicatos, que se originam dentro do capitalismo, buscam justamente frear essas tendências do capital, na medida em que são capazes de organizar e aglutinar os trabalhadores. O caderno segue apresentando as CCOO como um novo tipo de sindicalismo, que tem como objetivo principal a articulação da luta reivindicativa com a luta revolucionária, com vistas à superação do sistema capitalista. Por sua vez, o caderno publicado

em 2008 dedica a primeira unidade didática à explanação das CCOO, e apresenta apenas seus elementos organizativos e estruturais sem abordar todas as questões políticas presentes nos cadernos iniciais.

Porém, um dos aspectos mais relevantes desse caderno está contido na mesma unidade 1, na qual se expõem os objetivos da ação sindical das Comisiones Obreras (cf. CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS/ESCUELA SINDICAL CONFEDERACIONAL JUAN MUÑIZ ZAPICO, 2008, p. 21-22, tradução livre):

Luta pelo emprego

- o posto de trabalho é uma riqueza que o trabalhador possui

Luta pelo salário

- que os aumentos que se peçam sejam pelo menos equivalentes ao aumento do custo de vida
- que o leque salarial não estabeleça diferenças escandalosas entre umas categorias e outras
- que as categorias salariais sejam claras quanto ao número e determinação

Luta pelas condições de trabalho

- jornada de trabalho
- política de prevenção de riscos
- promoção pessoal
- melhora da produtividade
- igualdade entre idade, sexo, nacionalidade, etc.

Luta pelos direitos sindicais

- direito de greve
- consolidação das seções sindicais nos centros de trabalho
- consolidação dos direitos dos delegados, Comitês de empresa e Juntas de pessoal

Reivindicações sociopolíticas

- ensino
- saúde
- moradia
- transportes
- ecologia e meio ambiente
- pacifismo
- necessidades específicas de alguns coletivos (jovens, mulheres, pensionistas, imigrantes...).

Esses mesmos objetivos estão reproduzidos, identicamente, no caderno que se intitula *O delegado de Comisiones Obreras*, que, como indica seu nome, serve como material para a formação básica e fundamental do delegado das CCOO.

Como é possível claramente averiguar, tais objetivos da ação sindical dizem respeito tão somente à luta reivindicativo-sindical. Desaparecem, por completo, os objetivos históricos da classe trabalhadora, vale dizer, a luta pela superação do capitalismo em direção ao socialismo e, por consequência, a articulação dessas duas formas de luta, que tinha sido a marca distintiva das CCOO em seus períodos iniciais.

Outro elemento a ser destacado se refere aos temas eleitos para a formação sindical nos períodos recentes e nos anteriores. Além dos cadernos editados pela Secretaria confederal de formação sindical, citados anteriormente, pode-se tomar, como exemplo, a produção de material da Secretaria de formação sindical da Catalunha, com a maioria dos temas idênticos e com outros específicos. Em 2008, as CCOO da Catalunha ofereciam 20 cursos distribuídos em 5 blocos:

Bloco A – Formação sindical inicial – 2 cursos

1. Curso básico de formação sindical – 45 horas
2. Sensibilização na negociação coletiva – 14 horas

Bloco B – Aprofundamento – 3 cursos

1. A contratação – 20 horas
2. Salário e demonstrativo de pagamento – 20 horas
3. O marco legal das relações laborais – 25 horas

Bloco C – Cursos de habilidades – 2 cursos

1. Técnicas de comunicação – 25 horas
2. Técnicas de negociação – 25 horas

Bloco D – Ampliação de conhecimentos e especialização – 9 cursos

1. As seções sindicais – 21 horas
2. Mercado e organização do trabalho – 21 horas
3. A Inspeção de Trabalho – 25 horas
4. As responsabilidades sociais da empresa (a RSE) – 15 horas
5. As eleições sindicais – 15 horas
6. Proteção social – 30 horas
7. Os comitês de empresa europeus – 20 horas
8. Análise das contas anuais de uma empresa – 25 horas
9. Modelos organizativos de empresa e sua contabilidade – 25 horas

Bloco E – Prevenção de riscos laborais e meio ambiente – 4 cursos

1. Curso básico de saúde laboral – 60 horas
2. Curso de mutuas (acidentes de trabalho e enfermidades profissionais) – 25 horas
3. Sindicalismo e meio ambiente – 20 horas
4. Riscos específicos – 20 horas

A comparação dos temas escolhidos para a formação sindical nos primeiros períodos e nos recentes demonstra, também, distinções substantivas, como se pode perceber. Nos materiais produzidos a partir de meados dos anos 1990, praticamente deixam de aparecer temas

referentes à análise e crítica do modo de produção capitalista e suas características – mais-valia, exploração, etc. –, o Estado, como forma de poder da classe capitalista, as contradições da acumulação, sobretudo as crises capitalistas, a luta de classes, a necessidade de superação do capitalismo, o socialismo, o sindicalismo classista, etc., temas tão presentes e recorrentes nos materiais de formação anteriores.

A mudança no teor político da formação sindical ainda pode ser sentida por meio de dois aspectos que devem ser ressaltados: a questão do financiamento e a defesa da ideia da formação de capital humano.

As atividades de formação sindical são financiadas em parte pela contribuição dos filiados das CCOO e, em outra parte, por organismos e fundações governamentais, por intermédio de um intrincado e quase incompreensível processo de tramitação¹¹, e por fundos advindos da comunidade europeia. Para Botas,

isto **impede que os sindicatos desfrutem de uma independência real e efetiva** e os obriga a buscar distintas soluções financeiras e a aceitar cursos oferecidos por outros, como o Instituto Nacional de Empleo (INEM) e FORCEM (fundação dedicada à formação continuada). O Fundo social Europeu tem dado ajuda financeira direta aos sindicatos para realizar cursos de formação sindical e para desenvolver publicações específicas (BOTAS, 2002, p. 117, sem grifo no original, tradução livre).

O segundo aspecto diz respeito à questão do capital humano. Como vimos anteriormente (item 2.1.3.), a página web na internet da Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico faz uma descrição do modelo de formação sindical, relacionando-o com a necessidade de investir na formação do capital humano. A Escola considera que os filiados das CCOO, mais de um milhão de pessoas, são seu melhor capital. Por isso,

todo investimento para aumentar a capacitação desse capital humano será a mais propícia, a mais rentável, a que mais re-

¹¹ As pessoas das CCOO que entrevistei tiveram certa dificuldade para explicar-me esse processo.

troalmente a organização em sua função de transformação social. (...) O investimento na melhoria do capital humano que se pretende produzirá benefícios multipolares e não só unidirecionais, pelo que se faz mais necessário que nunca o concurso das distintas organizações em todos os níveis (http://www.ccoo.es/cscceo/menu.do?Areas:Formacion_sindical:Formacion_sindical_en_CCOO, tradução livre).

A ideia de que a Escola de formação sindical tenha de investir na formação de capital humano está totalmente de acordo com as posições defendidas pelos principais dirigentes, como foi o caso dos Secretários gerais Antonio Gutiérrez e José María Fidalgo, e por documentos das próprias Comisiones Obreras, conforme já foi exposto no item 1.2.4.2. do capítulo anterior.

A chamada teoria do capital humano, como se sabe, foi elaborada no final da década de 1950 e exerceu uma grande influência em muitos países, inclusive no Brasil durante os anos 1960 e 1970, e, apesar de ter nascido no âmbito da economia, teve uma enorme penetração no campo da educação. Por isso, foi alvo de uma intensa crítica, que resultou numa larga produção bibliográfica, particularmente no Brasil. Não caberia neste texto a reprodução de todo o estado da discussão. O que importa ressaltar é que tal “teoria” se constituiu muito mais como uma ideologia que buscou justificar muitos dos aspectos constitutivos do sistema capitalista, ou seja, como uma “teoria” do e para o capital. Por isso, causa certa surpresa que uma organização de trabalhadores como as CCOO tenha incorporado tal concepção, ainda mais se se considera a enorme quantidade de material crítico a respeito, o que indica, claramente, que vem se amoldando à lógica do capital.

Na entrevista concedida, o diretor da Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico comentou que, em suas fases iniciais, as atividades de formação não eram bem estruturadas e, em geral, acabavam se convertendo em grupos de discussão ou assembleias, e que, agora vem se construindo um novo modelo de formação sindical, vale dizer, um sistema estruturado de formação sindical. Embora seja verdade, a principal mudança que ocorreu no âmbito da formação sindical foi em seu caráter político, e não apenas em sua forma de organização e estruturação.

Uma análise comparativa abrangente, a partir das características, dos conteúdos e dos temas eleitos presentes no material estudado, entre a formação sindical desenvolvida desde os primórdios até a década de 1980 e aquela realizada nos períodos subsequentes, até a atualidade, permite concluir que a primeira, apesar de seus evidentes limites, como ressaltou o diretor da Escola, tinha um claro caráter anticapitalista e classista, uma vez que fazia a crítica aos fundamentos do sistema capitalista – a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia, o processo de exploração capitalista, o desemprego e as crises como manifestações das contradições da acumulação capitalista, o Estado como a forma de poder por excelência da classe capitalista, a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais etc. –, e indicava a necessidade de sua superação. Como consequência, apresentava uma exposição histórica a respeito das formas de luta que a classe trabalhadora criou para combater sua antagonista e seu sistema de produção e exploração, destacando a luta sindical, que, numa perspectiva classista, deve buscar a articulação entre as lutas imediatas, reivindicativas, com a luta revolucionária, que tem como objetivo a superação do capitalismo, em direção ao socialismo. Uma vez que as Comisiones Obreras se reivindicavam como um sindicalismo de novo tipo que procurava travar as duas lutas articuladamente, a formação sindical guardava coerência com esse caráter, ou seja, formava seus delegados e quadros nessa perspectiva. Diferentemente, nos períodos mais recentes, a formação sindical, embora muito mais organizada e estruturada, foi perdendo o perfil anticapitalista e classista, de tal maneira que seu horizonte passou a ser, apenas, a luta sindical-reivindicativa.

Tal constatação nos possibilita traçar uma relação entre a formação sindical e a trajetória política das CCOO. Como vimos no capítulo anterior, as Comisiones Obreras tinham, em seu período inicial – dos anos 1960 até o início da década de 1980 –, uma estratégia radical e combativa com um claro perfil classista e anticapitalista, que buscava combinar a luta reivindicativa com a luta revolucionária, com vistas à superação do sistema capitalista. Com o passar do tempo, sobretudo a partir dos anos 1980, sua estratégia de ação política foi perdendo radi-

calidade e passou a ter um caráter reformista, abandonando seu rumo de confrontação com o capital e o Estado, baseada na negociação, sobretudo no âmbito central da política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”. Como se pode observar no presente capítulo, apesar de sua relativa independência e de pequenas diferenças com relação aos momentos históricos, a política de formação sindical das CCOO refletiu, em seu âmbito específico, as mesmas perspectivas estratégicas adotadas pela Central ao longo de sua história e seguiu o mesmo caminho, vale dizer, de uma formação sindical que tinha um caráter classista e anticapitalista, que procurava, a despeito de todos os limites, municiar seus militantes para a articulação da luta reivindicativa com a luta revolucionária, para uma formação sindical que, agora, tem como objetivo prepará-los apenas para a luta reivindicativo-sindicalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 ELEMENTOS COMPARATIVOS ENTRE AS CCOO E A CUT BRASILEIRA E SUAS FORMAÇÕES SINDICAIS

O estudo realizado nos capítulos anteriores permite fazer uma comparação ou, pelo menos, uma aproximação entre o caso espanhol, as Comisiones Obreras (CCOO) e sua formação sindical, com um caso brasileiro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sua formação sindical.

Em minha tese de doutoramento (TUMOLO, 1999), pesquisei as atividades de formação político-sindical desenvolvidas pela mais importante das organizações dos trabalhadores no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A tese foi, posteriormente, publicada no livro *Da contestação à conformação – A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista* (TUMOLO, 2002).

Na primeira parte deste livro analiso a configuração do novo padrão de acumulação de capital, mediante o estudo dos processos de trabalho que vem se implementando, sobretudo, a partir da década de 1970. Para realizar tal intento apresento, em linhas gerais e de acordo com seus mais conhecidos estudiosos, os principais elementos de caracterização, bem como alguns dos mais importantes questionamentos e críticas que têm sido desfechados contra o “modelo” japonês, tendo em vista que este se converteu na principal referência de organização da produção nos anos 80 e na primeira metade dos anos 90 do século XX. Na sequência, balizado por uma ampla pesquisa bibliográfica, busco caracterizar e avaliar o chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil. Em seguida, ao ressaltar os limites das críticas pontuais desfechadas contra o “modelo” japonês e contra elementos

componentes da reestruturação produtiva no Brasil, aponto para uma análise dos diversos processos de trabalho como expressão aparente de realização da acumulação capitalista no contexto do novo padrão de acumulação de capital.

Com esta base, procuro analisar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho provenientes desse novo padrão de produção capitalista, cuja característica principal é a intensificação da exploração sobre a força de trabalho, e, por desdobramento, as repercussões destas mudanças no sindicalismo no mundo.

A segunda parte do livro é dedicada à trajetória histórica da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. O estudo da bibliografia produzida acerca desta temática, composta por autores de diferentes matizes teórico-políticos, indicou que é possível vislumbrar três fases na trajetória do sindicalismo cutista. Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988, que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, a mais recente, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador. Trata-se de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da “cidadania”. Embora tenha verificado, de um lado, que as explicações para este fenômeno ainda são limitadas, o que o torna objeto de contínuo estudo e debate, pude constatar, de outro, que tal processo de mudança tem sido faturalmente perceptível e unanimemente identificado pelos estudiosos. Dessa forma, procurei extrair de suas análises vários elementos explicativos, pautados pela articulação entre as profundas transformações político-econômicas que aconteceram no final de século passado e vêm ocorrendo no início do século vigente e a opção por uma determinada estratégia política da CUT, que se consolidou na segunda metade dos anos 90 do século passado.

O conteúdo da análise acerca das duas grandes temáticas indicadas anteriormente permitiu o levantamento de um conjunto de questões

concernentes à formação sindical cutista. Em que medida a referida mudança estratégica da CUT atingiu sua formação sindical ou, de forma mais ampla, qual a relação entre tal fenômeno e a formação sindical? Qual a relação entre a configuração do novo padrão de acumulação de capital com suas decorrentes metamorfoses no mundo do trabalho e a formação sindical da CUT? Que possíveis modificações poderíamos encontrar na formação sindical cutista advindas das transformações no mundo do trabalho e da mudança na estratégia da Central? Como a formação sindical tem respondido a todas essas mudanças?

Tais questões foram o ponto de partida da investigação acerca da política nacional de formação sindical da CUT. Ao analisar sua evolução foi possível constatar não só as profundas mudanças que se operaram no âmbito da política de formação sindical como, principalmente, o caminho traçado por elas. No primeiro período, entre 1984 e 1986 – geralmente desconsiderado –, apesar de todos os problemas e limites, a formação sindical buscou se construir sob uma perspectiva claramente classista e anticapitalista, com o objetivo de oferecer aos quadros militantes um aporte teórico-político necessário para municiá-los não só para a luta estritamente sindical, mas, sobretudo, para a luta de classes, com vistas à construção de uma sociedade socialista, em conformidade com a primeira fase da CUT, caracterizada por uma ação sindical combativa e de confronto. Com o passar do tempo, a formação sindical cutista foi se modificando e, gradativamente, adquirindo um caráter de *formação instrumental*, vale dizer, que busca preparar os militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical ou, ainda, que aborda questões específicas. Por fim, num terceiro momento, com o advento da formação profissional e a tendência de a formação sindical ceder lugar e se subsumir à sua lógica e também com o surgimento da primeira experiência empresarial da CUT, através do projeto da Escola Sul, a formação sindical vai se moldando de tal maneira a entrar em sintonia com a terceira fase da CUT, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador, dentro da ordem capitalista. Guardadas as diferenças de datas que demarcam os distintos períodos e reconhecendo, de um lado, a relativa autonomia e especificidade da formação sindical e, de outro, que se trata de

uma relação de mão dupla, pôde-se averiguar que suas três fases são expressão, no âmbito da formação sindical, das três fases identificadas na trajetória política da CUT.

Assim sendo, se se considera que as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da conformação do novo padrão de acumulação de capital se constituem como elemento determinante das mudanças ocorridas na estratégia política da CUT, ou melhor, que sua atual estratégia tem sido a resposta política a essa realidade, então a recente configuração da formação sindical cutista pode ser compreendida não só na sua relação imediata, como expressão do último estágio político da CUT, mas também em sua relação mediata, como sendo, ao mesmo tempo, o resultado daquelas transformações e a possível resposta que a formação sindical vem construindo para fazer frente àquela realidade.

Minha pesquisa sobre a formação sindical da CUT abrangeu o período que vai da primeira metade da década de 1980 até 1998. Contudo, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Formação de trabalhadores e movimento sindical: desenvolvimento e consolidação da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008)* (CORRÊA, 2009), Corrêa¹ dá sequência a esse estudo, abarcando a época posterior, de 1998 até 2008². Nela, o autor buscou fazer uma investigação dos significados e envolvimento políticos advindos das práticas assumidas pela Política Nacional de Formação (PNF) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) naquele período, em associação com a discussão da importância do elemento auto-formativo para trabalhadores e a relação da PNF com as estratégias políticas adotadas pela CUT em cada contexto histórico.

Sua conclusão, que reforça as teses apresentadas em meu livro, é a de que, se em seus primórdios,

a Política Nacional de Formação (PNF) da CUT era voltada a uma concepção de mundo crítica, em consonância com a práxis de oposição socialista da Central sindical ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, através de esco-

¹ Corrêa foi meu orientando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.

² Vide também Miyashiro (2008).

Ihas políticas e de determinações estruturais, o referencial revolucionário, expresso nas atividades de formação, foi se tornando rarefeito ao longo dos anos, e a educação profissional e a alfabetização de adultos, com recursos públicos, se converteu em prática prioritária da sua PNF. Se por um lado, nota-se a complexificação da sua estrutura funcional e organizativa a partir da disputa de verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) em fóruns tripartites, por outro lado, há um retrocesso da formação crítica teórica do conteúdo desses cursos. Assim, desde 1998, a prática da PNF/CUT se confunde com as propostas oficiais, uma vez que se limita a atuar segundo políticas educacionais do governo federal. Sua vinculação ao institucionalismo estatal se torna mais evidente no período do Governo Lula, quando se converte em correia de transmissão das concepções de educação oficiais. A ênfase atual na formação de dirigentes é reflexo do afastamento da luta nas bases, não mais produzindo lideranças forjadas no calor da luta política. Como defesa retórica de sua estratégia reformista, a PNF diz fazer *disputa de hegemonia* na *sociedade civil* das concepções de educação, mas na verdade ela revela o abandono da concepção de que os trabalhadores são os sujeitos políticos da história e de que o Estado é um aparelho de dominação de classe (CORRÊA, 2009, p. 7).

Dessa forma, uma análise comparativa entre os estudos feitos por mim e por Corrêa (op. cit.) sobre a CUT brasileira e sua política de formação sindical e o estudo apresentado neste texto sobre as CCOO da Espanha e sua política de formação sindical, permite chegar a algumas conclusões, que serão expostas, a seguir, na forma de tópicos:

- Há uma diferença nos períodos de existência das duas centrais sindicais. As CCOO nasceram no final dos anos 1950 e se consolidaram na década seguinte, enquanto que a CUT gestou-se no final dos anos 1970 e se consolidou na década de 1980. As CCOO têm, portanto, dois decênios a mais de vida.

- As duas nasceram no contexto de ditaduras – as CCOO sob a ditadura de Franco, instituída a partir de sua vitória na guerra civil espanhola e a CUT sob a ditadura burguês-militar instaurada a partir do golpe de 1964 –, tinham um fortíssimo componente antiditatorial e foram duramente reprimidas, permanecendo, por um tempo, na ilegalidade.
- Ambas buscaram, em seu nascimento, diferenciar-se de todas as formas tradicionais de organização política e sindical. As CCOO se reivindicavam como “novo modelo sindical” e os estudiosos da CUT a caracterizaram como “novo sindicalismo”.
- Existem muitas semelhanças na composição política das duas centrais sindicais em seu nascedouro. Ambas foram formadas por organizações e correntes políticas de esquerda muito variadas, inclusive de origem cristã, e por militantes independentes, que não estavam organizados em nenhuma delas.
- Contudo, pelo menos nos períodos iniciais, há uma marcada diferença de comando político entre elas. Como vimos no capítulo primeiro, as CCOO, no início, não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, mas pouco a pouco o Partido Comunista da Espanha começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em meados dos anos 1960, passa a ter hegemonia dando a direção política, o que perdurou até, aproximadamente, meados da década de 1980. Diferentemente, a CUT, apesar de ter sido composta por várias pequenas organizações de matizes comunistas, nasceu à margem e, em alguma medida, contra os dois principais partidos comunistas brasileiros – PCB e PC do B –, que, no início, participavam de outras organizações sindicais e que, só posteriormente, passaram a compor fileiras dentro da CUT. No caso brasileiro também não havia, logo no começo, uma definição clara de qual era a concepção política hegemônica. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1980, o chamado *grupo dos 113*, um agrupamento de sindicalistas e militantes políticos forjados fora do círculo das organiza-

ções comunistas, alguns deles influenciados por uma concepção cristã de esquerda, do qual Luiz Inácio da Silva, o Lula, era uma das principais – senão a principal – lideranças³, foi o embrião da *articulação sindical*, que passa a ter a hegemonia no interior da CUT e imprime sua direção política.

- Apesar dessas diferenças de comando político, ambas tiveram uma estratégia política similar em suas fases iniciais. Não apenas faziam uma luta contra as respectivas ditaduras, como tinham um caráter bastante combativo, com uma perspectiva classista e buscavam combinar a luta reivindicativa com a luta anticapitalista.
- As duas Centrais sindicais nasceram com um perfil de movimento social e com o tempo foram se transformando em organizações sindicais e se institucionalizando.
- Ambas sofreram mudanças semelhantes em sua estratégia política, que foram sentidas em momentos distintos. Nos anos 1980, enquanto as CCOO começavam a dar um “giro à direita”, a CUT nascia e crescia embalada por uma postura bastante combativa e de esquerda. Na década de 1990 foi a vez de a CUT fazer seu “giro à direita”. Apesar dessa diferença, o processo e o caráter das mudanças na estratégia política de ambas são muito similares. De organizações sindicais combativas e de esquerda, com um perfil classista e anticapitalista se converteram em Centrais sindicais reformistas e amoldadas à lógica capitalista, o que para alguns autores caracterizaria uma estratégia social-democrata. Não há, em nenhum dos dois casos, estudos suficientes e conclusivos a respeito das razões que levaram a essas mudanças. Não obstante, é possível sugerir, pelo menos como hipótese, de que haja uma combinação de vários fatores, com destaque para dois deles: o advento e consolidação de um novo padrão de acumulação de capital a partir da década de 1970 e as alterações que provocou nas formas de organização e gestão do trabalho, e uma determi-

³ Parece-me que Lula é a síntese personificadora da concepção política daquele agrupamento.

nada opção de estratégia política que conseguiu se converter em vencedora, no jogo de forças da luta política que se travou entre as várias correntes que compuseram as duas centrais sindicais ao longo de suas respectivas histórias.

- Ambas têm, hoje, um perfil muito similar: são as maiores centrais sindicais de seus respectivos países e expressam uma estratégia de ação política muito parecida.

- Mais do que uma relação próxima, a CUT se constitui, hoje, um dos principais esteios do governo capitaneado pelo PT (Partido dos Trabalhadores), não apenas pela presença de muitas de suas lideranças nas diversas instâncias de governo, mas, principalmente pela opção política que fez, já que a CUT e o PT, ou melhor, a articulação sindical da CUT e a articulação do PT – junto com outras correntes políticas – sempre tiveram uma relação simbiótica. No caso da Espanha não se pode afirmar o mesmo, visto que as CCOO nunca tiveram esse tipo de relação com os governos comandados pelo PSOE, posição que foi ocupada pela UGT, que também teve, ao longo de sua história, uma relação simbiótica com o PSOE. Contudo, apesar de sua independência, é possível indicar, pelo menos como hipótese, já que existem muitos indícios, que não há discordâncias de fundo entre as políticas desenvolvidas pelos últimos governos do PSOE e a concepção estratégica das CCOO.

- Relações muito parecidas às anteriores podem ser feitas com respeito à política de formação sindical das Centrais sindicais. Em concordância com a estratégia política das duas organizações sindicais, a formação sindical delas, em seus períodos iniciais, buscou, apesar de todos os problemas e limites, formar os militantes, teórica e politicamente, dentro de uma perspectiva classista e anticapitalista, municiando-os não apenas para a luta reivindicativa, mas, sobretudo para a articulação desta com o combate histórico da classe trabalhadora, vale dizer, a luta pela superação do capitalismo. Da mesma forma, quando ocorre uma mudança

nos rumos políticos das Centrais sindicais, a política de formação sindical das duas, em sintonia com o novo desenho estratégico, se propõe a formar os militantes apenas para a luta reivindicativa, com uma perspectiva de reformas do sistema capitalista.

- Como consequência, foi possível encontrar, também, uma grande similaridade nos materiais, nos conteúdos e nos temas referentes à formação sindical das duas Centrais sindicais nos dois grandes momentos que marcaram a história da formação sindical de ambas.

3.2 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA

A discussão acerca de uma educação na perspectiva da classe trabalhadora não é recente e, provavelmente, remonta a época do surgimento e crescimento do movimento operário na medida da constituição do sistema capitalista. Muitos têm sido os autores, inclusive autores-militantes, de todas as correntes teórico-políticas, que vêm se debruçando sobre tal tema. No campo do marxismo, Lênin, Krupskaja, Makarenko e, principalmente, Gramsci foram os grandes expoentes na produção acerca desse assunto, além de outros, obviamente. Em períodos mais recentes, vários autores no espectro da esquerda, marxistas ou não, também têm se preocupado com esse tema, como é o caso, entre outros, de Snyders, Manacorda, Suchodolski, Enguita, e, no Brasil, de Saviani, Kuenzer, Frigotto, Machado, Nosella, Tonet, Florestan Fernandes, Mauricio Tragtenberg, Paulo Freire⁴, apenas para citar alguns exemplos.

Além da produção dos autores, há uma importante contribuição das próprias organizações dos trabalhadores, a exemplo do trabalho de formação sindical das duas centrais sindicais que estudei, a Central

⁴ Pareceu-me mais adequado não apontar textos específicos desses autores, por que, via de regra, tratam do referido tema em vários deles. De toda forma, algumas obras estão listadas nas referências bibliográficas.

Única dos Trabalhadores (CUT) brasileira e as Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha.

Uma vez que o tema da educação na perspectiva da classe trabalhadora tem provocado um larguíssimo debate, que acompanha a própria história dessa classe, a produção dos autores e a contribuição das duas organizações sindicais por mim investigadas evidenciam o patamar em que a discussão se encontra e os enormes avanços que ocorreram. Porém, ao mesmo tempo, refletem os problemas, limites e insuficiências.

No que diz respeito ao objeto específico deste meu estudo, pude constatar que os trabalhos de formação sindical das duas organizações sindicais que pesquisei sofreram acentuadas alterações e, apesar das pequenas diferenças, passaram a perseguir, na atualidade, o objetivo de formar seus militantes apenas para a luta reivindicativa, numa perspectiva de reformas do sistema capitalista. Não obstante, é necessário destacar o fato de que, em seus períodos iniciais, ambas desenvolveram, a despeito de todos os problemas, uma formação sindical com um perfil claramente classista, em consonância com suas respectivas estratégias de ação política. O que mais me chamou a atenção foi a impressionante semelhança encontrada nos materiais, daqueles períodos, relativos à formação sindical das duas Centrais, nos conteúdos, nos temas abordados, no “espírito” ou na perspectiva apontada, e até nas formas de apresentação visual.

Durante a realização de minha pesquisa nos Arquivos Históricos das CCOO da Catalunha tive oportunidade de ter acesso a alguns materiais de formação sindical da CGT francesa e da CGIL italiana que, apesar de terem problemas de datação, devem ser da época das décadas de 1970 e 80. Embora não tenha feito um estudo mais aprofundado, já que não era meu objeto específico, pude perceber, numa leitura rápida, que as mesmas semelhanças citadas anteriormente encontram-se nesses materiais. O mesmo ocorre com os materiais de formação produzidos pelo 13 de Maio-NEP (Núcleo de Educação Popular), que é a maior e mais antiga escola de formação dos militantes dos movimentos sociais brasileiros e que foi objeto de estudo de Silva (2008)⁵.

⁵ Silva foi minha orientanda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.

Parece-me que tais semelhanças não são “meras semelhanças”. Um estudo mais aprofundado e detalhado dessas experiências de formação sindical, concentrado em suas fases iniciais, poderia oferecer importantes elementos contributivos para a discussão de uma proposta de educação na perspectiva da classe trabalhadora. Não se esquecendo, obviamente, da produção teórica acumulada a esse respeito. Mas, isso tudo exigiria outra(s) investigação(ções).

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Jorge. Acción sindical y desarrollo económico. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

ARIZA, Julián. **CC.OO.** Barcelona: Mañana Editorial, 1976.

_____. **La Confederación Sindical de Comisiones Obreras.** Barcelona: Avance, 1977.

_____. Memoria sindical del antifranquismo. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

ARRIOLA, Joaquin (ed.). **Globalización y sindicalismo.** Alzira: Germania, 2001. 3 vol.

ARTILES, Antonio Martín. Fordismo y sindicalismo: auge y crisis de un modelo de relaciones laborales. **El Proyecto**, n. 19-20, p. 97-126. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

ASAMI, Etsuko y GÓMEZ GIL, Alfredo. **Marcelino Camacho y Josefina.** Madrid: ALGABA, 2002.

BABIANO, José. **Emigrantes, cronómetros y huelgas.** Un estudio sobre el trabajo y los trabajadores bajo el franquismo (Madrid 1951-1977). Madrid: Siglo XXI, 1995a.

_____. Los católicos en el origen de Comisiones Obreras. **Espacio, tiempo y forma**, tomo 8, p. 277-293. Madrid, 1995b.

_____. Origen y ascenso de las Comisiones Obreras bajo en franquismo. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

BABIANO, José; MOSCOVO, Leopoldo. Los conflictos sociales en fase depresiva ante la adopción de políticas de ajuste: el caso español. In: BABIANO, José & MOSCOVO, Leopoldo (comps.). **Ciclos en política y economía.** Madrid: Pablo Iglesias, 1992. p. 121-17.

BANGUESES, Salvador. La autonomía: una característica del nuevo sindicalismo. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

BAYLOS, Antonio. Comisiones Obreras y la huelga: modos de empleo. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

BOIX, I. & PUJADAS, M. **Conversaciones sindicales con dirigentes obreros**. Barcelona: Avance, 1975.

BOTAS, Federico G.-Fierro. **La formación sindical impartida por centrales representativas en España (1976-1992)**. Madrid: M. L., 1997.

_____. La formación sindical en Europa – España. In: BRIDGFORD, Jeff; STIRLING, John (eds.). **La formación sindical en Europa**. Alzira: Alemania/ASE/CCOO, 2002.

BOWLES, S. & EDWARDS, R. **Introducción a la economía: competencia, autoritarismo y cambios en las economías capitalistas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

BRIDGFORD, Jeff; STIRLING, John (eds.). **La Formación sindical en Europa**. Alzira: Alemania/ASE/CCOO, 2002.

BULLA, José Luis López. **Ocho aproximaciones** (Cosas en torno a la formación sindical). s.d. (mimeo).

CARVALHO, Mauri. Lênin, educação e consciência socialista. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Marxismo e educação**. Debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

CAMACHO Marcelino. **Charlas en la prisión: el movimiento obrero sindical**. Paris: Librairie du Globe, 1974.

_____. **Confieso que he luchado**. Memorias. Temas de hoy. Madrid, 1990.

_____. Intervención inaugural en la Asamblea de Barcelona. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

_____. **Principios en que se basa el movimiento sindical y el nuevo estilo de CC.OO.** Formación sindical. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada** – el caso de CC.OO. y de CUT. Tese (doutorado) – Universidad Complutense de Madrid (U.C.M.), Madrid, 1999.

_____. Sindicalismo e transição: de movimento sociopolítico a organização institucionalizada. **Inter-Ação**. Rev. Fac. Educ, Goiânia, UFG, 27 (2): 5-14, jul./dez. 2002.

CORRÊA, João Guilherme de Souza. **Formação de trabalhadores e movimento sindical**: desenvolvimento e consolidação da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008). Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2009.

DAL-RÉ, Fernando Valdés (Coord.). **Sindicalismo y cambios sociales**. Madrid: Consejo Económico y Social (CES), 1994.

ENGUITA, Mariano F. **Trabalho, escola e ideologia**. Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FIDALGO, José Maria. Sindicato y sociedad. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

FINA, LL. & TOHARIA, L. **Las causas del paro en España**. Un punto de vista estructural. Madrid: Fundación IESA, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Carlos M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

_____. **Trabalho-educação e a crise do capitalismo**: ajuste neoconservador e alternativa democrática. Rio de Janeiro: UFF (Tese apresentada no concurso de professor titular), 1993.

FUNDACIÓN 1º. DE MAYO. **Forjando la democracia**. Los trabajadores y CCOO en la transición política. Madrid: CCOO, 2008.

FUNDACIÓN SINDICAL DE ESTUDIOS-CCOO DE MADRID. **Sobre el presente y futuro del sindicalismo**. Madrid: GPS, 2006

FÜHRER, Ilse Marie. **Los Sindicatos en España**: de la lucha de clases a estrategias de cooperación. Madrid: Consejo Economico y Social (CES), 1996.

GABAGLIO, Emilio. Los trabajadores y el futuro de la Unión Europea. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

GABRIEL, Pere (coord.) et al. **Comissions obreres de Catalunya**. 1964-1989. Barcelona: CERES/Empúries, 1989.

GARCIA, Pedro Camacho. Sindicalismo: las incertidumbres del futuro. **El Proyecto**, n. 19-20, p. 133-182. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GUTIÉRREZ, Antonio. **Sindicalismo y nuevas realidades**. Madrid: Ediciones GPS, 1993.

_____. Comisiones Obreras y la transición democrática: una construcción infravalorada. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

HYMAN, R. **Relaciones industriales** (una introducción marxista). Madrid: H. Blume, 1981.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986a.

_____. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: REDUC/INEP, 1987.

_____. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (68): 21-28, 1989.

LASO, Agustín Garcia & RAYMOND, Wilfredo Sanguinetti (Eds.). **Sindicatos y cambios económicos y sociales**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2002.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani**: apontamentos críticos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LÓPEZ, Miguel A. Ferrer. **Curso de formación de delegados**. Bilbao: Deusto/CCOO, s.d.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUDEVIL, M. **El movimiento obrero de Cataluña bajo en franquismo**. Barcelona: Avance, 1977.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MAKARENKO, A. S. **Poema pedagógico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MANACORDA, Mario A. **El principio educativo en Gramsci**. Americanismo y conformismo. Salamanca: Sigueme, 1977.

_____. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MARAVALL, Héctor. **Ayuda practica al asesor sindical**. Formula de demandas: despidos, sanciones, denuncias, amnistía laboral, nóminas y liquidaciones. Formación sindical 5. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

_____. La aportación de CC.OO. al desarrollo de las políticas de bienestar social. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

MARX, Karl. O Método da Economia Política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **O Capital**. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: _____. **Obras escolhidas**. S. Paulo: Alfa-Omega, s.d.

MATEOS, Abdón. Movimiento sindical y lucha obrera bajo el franquismo. **El Proyecto**, n. 1, p. 83-124. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1987.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, n. 9. Botucatu: Fundação Unibotucatu/UNESP, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIGUELEZ, F & PRIETO, C. **Las relaciones de empleo en España**. Madrid: Siglo XXI, 1999.

MIYASHIRO, Rosana. **A educação integral dos trabalhadores no Programa Integração**: desdobramentos e contradições frente ao projeto político-estratégico da CUT no atual contexto de acumulação do capital. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MOLINERO, Carme & YSÀS, Pere. **Productores disciplinados y minorías subversivas**. Clase obrera y conflictividad laboral en la España franquista. Madrid: Siglo XXI, 1998.

MORENO, Juan. En torno a la inserción de CC.OO. en el sindicalismo internacional. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

NIETO, Joaquín et al. **El sindicalismo ante una economía globalizada**. Prólogo de José María Fidalgo. Escuela de Verano Confederal de CCOO/Alzira: Germania, 2002.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: GOMES, Carlos M. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

_____. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. **Revista de Educação**, São Paulo, APEOESP, n. 4, p. 16-25, 1989.

PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA. Utopías. Nuestra bandera (Revista de debate político). **El futuro del sindicalismo**, n. 166, Madrid, 1995.

RAMOS, Maria José Rodriguez. El nuevo papel del sindicato: la autonomía sindical. **El Proyecto**, n. 13, p. 35-54. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1990.

RECIO, A. **Capitalismo y formas de contratación laboral**. Madrid: MTSS, 1988.

RODRÍGUEZ, Ricardo Escudero (coord.). **La Negociación colectiva en España: una visión cualitativa**. Observatorio de la Negociación Colectiva. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

_____. **La Negociación colectiva en España: un enfoque interdisciplinar**. Observatorio de la Negociación Colectiva Madrid – CC.OO.: Cinca, 2008 .

RUÍZ, David (dir.) et al. **Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)**. Madrid: Siglo XXI, 1993.

SAES, Décio A. M. Educação e socialismo. **Crítica marxista**, n. 18, Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SALTÓ, Jordi Ferret i. ¿A dónde va el sindicalismo? **El Proyecto**, n. 19-20, p. 127-132. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

SALVE, Francisco Garcia. **Principios esenciales del sindicalismo**. Formación sindical 4. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

SANFRUTOS, Norberto. **Instrumentos para el análisis económico-financiero de la empresa capitalista**. Formación sindical 6. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

SARTORIUS, Nicolás. **Resurgir del movimiento obrero**. Colección Primero de Mayo. Barcelona: Laia, 1975.

_____. **Qué son Las Comisiones Obreras**. Barcelona: La Gaya Ciencia, 1976.

_____. **El Sindicalismo de nuevo tipo: ensayos sobre Comisiones Obreras**. Barcelona: Laia, 1977.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

_____. **Escola e democracia**. 12. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

_____. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**. Primeiras aproximações. 2. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso. J. et alii (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A nova lei da educação**. LDB, trajetória, limites e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.

_____. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Marxismo e educação**. Debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____. **Teoria marxista e pedagogia socialista**. Conferência realizada no III Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (III EBEM), 2007b (trabalho não publicado).

SILVA, Cyntia de Oliveira. **O resgate da trajetória histórico-política do 13 de Maio-NEP – Núcleo de Educação Popular**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

SNYDERS, Georges. **Pedagogia progressista**. Coimbra: Almedina, 1974.

_____. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa: Moraes, 1977.

SUCHODOLSKI, B. **Teoría marxista de la educación**. La Habana: Pueblo y educación, 1974.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. **Educação**. Revista de Estudos da Educação, n. 19, Maceió: UFAL, 2003.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação. Uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, Campinas: Autores Associados, 2003.

TUMOLO, Paulo S. **Educação e hegemonia no Brasil**. Notas para uma reflexão crítica. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

_____. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. **Perspectiva** – Trabalho e educação: um olhar multirreferencial, v. 14, n. 26/39-70. Florianópolis: CED/UFSC, 1996.

_____. Gramsci, a educação e o Brasil. Notas para uma reflexão crítica. **Universidade e Sociedade**, Ano VII, n. 12(91-98). Brasília: ANDES, 1997.

_____. **A política nacional de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores diante do novo padrão de acumulação de capital**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

_____. A CUT e a formação profissional: esboço de análise crítica. **Trabalho & Crítica** (Anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd), nº 1/98-112. Niterói/Belo Horizonte: EdUFF/NEDDATE-UFF/NETE-UFMG, 1999.

_____. **Da contestação à conformação.** A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

_____. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, 2005a.

_____. A produção em Trabalho e Educação. Esboço para a discussão de suas marcas e de suas perspectivas. **Trabalho & Educação** (UFMG), v. 14, p. 11-22, 2005b.

_____. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 443-482, 2011.

VANSANT, Lut. El futuro necesita sindicatos. **El Proyecto**, n. 13, p. 17-34. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1990.

VEGA, Rubén & GORDON, Carlos. **Juan Muñiz Zapico, Juanín.** Oviedo: Fundación Juan Muñiz Zapico/KRK, 2007.

ZAGUIRRE, Manuel. Un nuevo sindicalismo frente a un viejo desorden económico y social. **El Proyecto**, n. 19-20, p. 81-96. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

ZAMORA ANTÓN, M. A. & IBÁÑEZ, D (Comps.) **Comisiones Obreras.** Diez años de luchas (1966-1976). Zaragoza: CCOO, 1987.

TEXTOS E DOCUMENTOS DA CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS – CS CCOO

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. **25 años de sindicalismo**. Sindicato y Sociedad. Gaceta Sindical. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. **Ante el futuro del sindicalismo**. 1966.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. Cuadernos de ejercicio. **Negociación colectiva**: curso básico. Ed. autor, s.d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. Cuadernos de ejercicio. **Técnicas de negociación**. Ed. autor, s.d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. **Negociación colectiva**: curso básico. Alzira: Germania, s.d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. **Técnicas de negociación**. Alzira: Germania, s.d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. **Programa de acción**. Documentos aprobados en el 8º. Congreso Confederal. CSCCOO. Madrid: 2004.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras. **Guía del trabajador de la pequeña y mediana empresa**. Ed. autor, 1990.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical. **El delegado de Comisiones obreras**. Ed. autor, 2004.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical. **Mercado y organización del trabajo**. Las condiciones de empleo y las condiciones de trabajo. Ed. autor, 1998.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical

Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
El marco legal de las relaciones laborales. Ed. autor, 2001.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
Análisis contable de una empresa. Ed. autor, 2000.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
La negociación colectiva. Ed. autor, 2004.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
El salario y la nómina. Ed. autor, 2004.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
La protección social. Ed. autor, 2001.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
La salud laboral. Ed. autor, 2004.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
Técnicas de negociación. Ed. autor, 2001.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
Trabajo y medio ambiente. Ed. autor, 2003.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
La contratación. Alzira: Germania, 2003.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical
Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado/a sindical.
Mercado y organización del trabajo. Las condiciones de empleo y
las condiciones de trabajo. Ed. autor, 1998.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado y la delegada sindical. **El delegado de Comisiones obreras**. Alzira: Germania, 2005.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado y la delegada sindical. **La negociación colectiva**. Alzira: Germania, 2005.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado y la delegada sindical. **La protección social**. Alzira: Germania, 2005.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado y la delegada sindical. **Técnicas de negociación colectiva**. Alzira: Germania, 2007.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del delegado y la delegada sindical. **Negociación colectiva**. Alzira: Germania, 2008.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. El libro del formador/a sindical. **Las condiciones de trabajo: El mercado de trabajo y la organización del trabajo**. Ed. autor, 1995.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Escuela Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico. **Repartiendo juego**. El representante legal de los trabajadores y las trabajadoras en Comisiones Obreras – Cuaderno introductorio. Alzira: Germania, 2003.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Fundación Formación y Empleo (FOREM). Cualificación de los representantes de los trabajadores para la anticipación y gestión de situaciones de crisis. **Propuesta metodológica y de contenidos para la formación sindical**. Paralelo, 1997.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. **Ayuda practica al asesor sindical**. Formula de

demandas: despidos, sanciones, denuncias, amnistía laboral, nóminas y liquidaciones. Formación sindical 5. Madrid, s/d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. **Instrumentos para el análisis económico-financiero de la empresa capitalista**. Formación sindical 6. Madrid, s/d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. **Principios básicos del derecho laboral I: Legislación laboral básica**. Cuadernos de formación sindical. Madrid, s/d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. **Principios básicos del derecho laboral II: Leyes, tribunales, reclamaciones laborales y seguridad social**. Cuadernos de formación sindical. Madrid, s/d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. **Principios en que se basa el movimiento sindical y el nuevo estilo de CC.OO.** Formación sindical. Madrid, s/d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. **Principios esenciales del sindicalismo**. Formación sindical 4. Madrid, s/d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **1 Estructura socio-económica**. Madrid, 1980a.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **2 Acción sindical en la empresa**. Madrid, 1980b.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **3 Negociación colectiva**. Madrid, 1980c.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **4 Recibo de salarios**. Madrid, 1980d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **5 Condiciones de trabajo y salud**. Madrid, 1980e.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **6 Seguridad social**. Madrid, 1980f.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **7 Legislación laboral**. Madrid, 1980g.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **8 Economía de empresa**. Madrid, 1980h.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **9 Paro y expedientes de crisis**. Madrid, 1980i.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría de Formación. Formación sindical – Curso nivel básico. **10 El sindicalismo. Nuestro sindicalismo**. Madrid, 1980j.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría Confederal de Formación y Cultura de CCOO. **Propuesta para un plan de formación**. s.d.

Confederación Sindical de Comisiones Obreras/Secretaría Confederal de Formación y Cultura de CCOO. **Informe general del plan de formación sindical**. 1997.

Escuela de Verano Confederal de CCOO. **El sindicalismo ante una economía globalizada**. Alzira: Alemania, 2002.

Federación Minerometalúrgica de Comisiones Obreras. **Cuaderno de la Federación**. No. 10. Madrid: Mayo de 1999.

TEXTOS E DOCUMENTOS DE COMISSIIONS OBRERES DE CATALUNYA

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

El delegado de Comisiones obreras. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

Curso básico para delegados y delegadas de prevención de riesgos laborales. Ed. autor, 2005.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

Manual de consulta para resolución de casos prácticos. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

Manual práctico de relaciones laborales. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

La contratación. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

La gestió de la diversitat i la no discriminació a l'empresa.

Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

La mutuas de accidentes de trabajo y enfermedades profesionales. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

La negociación colectiva. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

El salario y la nómina. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

La salud laboral. Ed. autor, s.d.

Comissions Obreres de Catalunya/Escola de formació sindical.

La mutuas de accidentes de trabajo y enfermedades profesionales. Guía sindical. Ed. autor, 2005.

- Comissions Obreres de Catalunya/Escuela de formación sindical.
Propostes per a la intervenció sindical davant de la RSE
(Responsabilitat social empresarial). Barcelona: Fundació Pau i solidaritat, 2005.
- Comissions Obreres de Catalunya/Escuela de formación sindical de la CONC. **Temas básicos**. Barcelona, s.d.1
- Comissions Obreres de Catalunya/Escuela de formación sindical de la CONC. **Temas básicos**. Barcelona, s.d.2
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Materiais de formación sindical. **Hojas de salario**. Barcelona, s.d.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Materiais de formación sindical. **Seguridad social**. Barcelona, s.d.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Materiais de formación sindical. **Convenios colectivos**. Barcelona, s.d.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Materiais de formación sindical. **El conflicto**. Barcelona, s.d.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Materiais de formación sindical. **Expedientes de crisis**. Barcelona, s.d.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Materiais de formación sindical. **El contrato de trabajo**. Barcelona, s.d.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Material para la formación sindical. **Tema n. 2 – La negociación colectiva**. Barcelona, 1988a.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Material para la formación sindical. **Tema n. 3 – La hoja de salario y sus conceptos**. Barcelona, 1988b.
- Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical. Material para la formación sindical. **Tema n. 4 – La importancia de la reducción de la jornada laboral**. Barcelona, 1988c.

Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical.
Material para la formación sindical. **Tema n. 5 – Las economías
capitalistas en la actualidad.** Barcelona, 1988d.

Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical.
Material para la formación sindical. **Tema n. 6 – La huelga su
regulación y su utilización.** Barcelona, 1988e.

Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical.
Material para la formación sindical. **Tema n. 7 – La contratación.**
Barcelona, 1988f.

Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical.
Material para la formación sindical. **Tema n. 8 – Organización
del trabajo. Métodos y tiempos; valoración de puestos.**
Barcelona, 1988g.

Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical.
Informe de formación sindical. Barcelona, 1988h.

Comissions Obreres de Catalunya/Secretaria de formación sindical.
**Balance da Secretaria de formación sindical sobre las tareas
realizadas en el año 1988.** Barcelona, 1988i.

TEXTOS DA UNIÃO GENERAL DE LOS TRABAJADORES (UGT) – ESPANHA

Unión General de los Trabajadores – Secretaria de formación.
Material de formación. 2ª. **Unidad formativa: organizar la
capacidad de acción I.** UGT, 1980 (?).

_____. **Curso de formación preliminar para secciones sindicales
y delegados de empresa.** UGT, s/d.

TEXTOS DA CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL (CGT) – FRANÇA

Confédération Générale du Travail – Centre Confédéral d'Éducation Ouvrière (CCEO). **Pour la formation syndicale de départ.** Paris: CCEO, 1976.

_____. **Lecturas. Pour la formation syndicale generale de base.** Paris: CCEO, 1978.

_____. **Formation syndicale generale de base.** Paris: CCEO, 1979a.

_____. **Formation syndicale generale de départ.** Paris: CCEO, 1979b.

_____. **Lecturas. Thème 1. La société dans laquelle nous vivons.** Paris: CCEO, s/d.1.

_____. **Lecturas. Les travailleuses.** Paris: CCEO, s/d.2.

_____. **Stage de formation syndicale specialisee. Les femmes salariées.** Paris: CCEO, s/d.3.

TEXTO DA CONFEDERAZIONE GENERALE ITALIANA DEL LAVORO (CGIL) – ITÁLIA

Confederazione Generale Italiana del Lavoro – Centre Studi e Formazione Sindicale CGIL-INCA-ARICCIA. **Dossier. Corsi formazione sindacale.** CGIL-INCA-ARICCIA, 1981.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2013

O elogio da política

Tatiana Rotolo

Reescrever o mundo com lápis e não com armas

Jéferson Dantas

Apertando o parafuso

Giuliano Saneh

Crítica à privatização do ensino superior no Brasil

Mauri Antonio da Silva (org.)

A rebeldia por trás das lentes

Carlos André dos Santos

Da contestação à conformação

Paulo Sergio Tumolo

Os sentidos do trabalho de TI pelos incubados no Midi Tecnológico/SC

Gabriel de Souza Bozzano

Paulo Sergio Tumolo. É professor do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. Graduiu-se em Filosofia pela PUC-MG e fez mestrado e doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação na PUC-SP. Atua na linha de pesquisa Trabalho e Educação e participa do GT Trabalho e Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), do qual foi coordenador em 2001 e 2002. Membro do coletivo 13 de Maio-NEP (Núcleo de Educação Popular) e, desde 1980, desenvolve um trabalho de formação de militantes de movimentos sociais brasileiros. Foi diretor da APUFSC, quando era seção sindical do ANDES. É autor do livro *Da contestação à conformação – a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. E-mail: tumolo@ced.ufsc.br.

DEMAIS PUBLICAÇÕES EM CATÁLOGO:

<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/>

Paulo Sergio Tumolo

A formação sindical das Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha

Trajatória histórica e mudanças

As Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha surgiram no final da década de 1950 como um movimento espontâneo de trabalhadores, construíram uma das mais importantes e ricas experiências político-sindicais e se converteram, atualmente, na maior organização sindical daquele país. Este livro dedica-se à análise da política de formação sindical das CCOO e estabelece uma relação entre essa formação e sua trajetória política. Pelo itinerário histórico e as posições políticas das CCOO, o autor também traça um paralelo entre essa organização e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) brasileira.

